

M. A.
F.P.



Relatório de Gestão

EXERCÍCIO DE 2023



RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2023

M
F-2



APROVAÇÃO

Pela Câmara Municipal em reunião de 18 de abril 2024

Pela Assembleia Municipal em sessão de 29 de abril de 2024

APROVADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS

Por acórdão de ____ de ____ de 2024

(S/ ofício nº _____, de ____ de ____ de 2024

Emolumentos de € _____, _____, pagos em ____/____/2024,

pela ordem de pagamentos nº _____

REUNIÃO DE: 18 de abril de 2024

DELIBERAÇÃO Nº ____

P.
F.O.

P.

P.

P.

Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
I – INTRODUÇÃO	5
CONTEXTO ECONÓMICO	5
II – PRIORIDADES ESTRATÉGICAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	8
1 – ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MUNICÍPIO	8
2 – PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO	10
DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS	17
SETOR DE OBRAS PÚBLICAS	17
SETOR DE SERVIÇOS URBANOS	19
DIVISÃO DE PLANEAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	21
ATIVIDADE	23
SECÇÃO ADMINISTRATIVA	24
SETOR DE GESTÃO URBANÍSTICA	25
SETOR DE FISCALIZAÇÃO	26
SETOR DE DESENHO, CARTOGRAFIA E SIG	26
GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO	27
GABINETE TÉCNICO FLORESTAL	29
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EQUIPAMENTOS	31
EDUCAÇÃO	32
ASSOCIATIVISMO	38
TURISMO	39
AUDITÓRIO MUNICIPAL DO PESO DA RÉGUA	42
BIBLIOTECA MUNICIPAL DO PESO DA RÉGUA	43
GABINETE DE AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E ESPAÇO SOLIDÁRIO	47
GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL	51
EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	53
PISCINAS MUNICIPAIS	56

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.....	60
RECURSOS HUMANOS - EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO.....	60
III – REPORTING FINANCEIRO	66
1 – PROCESSO ORÇAMENTAL	67
2 – PROCESSO ECONOMICO-FINANCEIRO	76
3 – ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	79
IV – Proposta de aplicação de resultados	81
OUTROS ANEXOS	82




MENSAGEM DO PRESIDENTE

Cumprindo as obrigações legais de prestação de contas e indo de encontro às melhores práticas de administração pública, bem como prezando pela transparência dos dados e das explanações efetuadas, apresentamos o Relatório de Gestão referente ao ano 2023.

Além dos resultados contabilísticos do exercício, o Relatório de Gestão reflete também os resultados das políticas públicas, transversais a diversas áreas de atuação, levadas a cabo pelo executivo e sufragadas em sede de Assembleia Municipal.

2023 fica marcado pela distinção do DOURO, como CIDADE EUROPEIA DO VINHO, uma oportunidade única de afirmação do território em Portugal e no Mundo. Outro marco histórico é o fato de, no âmbito da CIDADE EUROPEIA DO VINHO, termos sido o palco das comemorações oficiais do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Tudo a par de outros eventos de referência nacional, catalisadores de diferentes públicos, com reflexos diretos na economia local e regional.

Em 2023 consolidamos a execução da reabilitação do Hospital D. Luiz I e do Balneário Termal das Caldas do Moledo, duas obras de referência, fundamentais para a retoma económica local e regional.

O ano em análise fica ainda marcado pela transferência de competências para a Autarquia na área social e na área de saúde, no âmbito da descentralização levada a cabo pelo Governo português.

Mantemos o compromisso de rigor e transparência nas contas públicas, por forma a que os Reguenses continuem a confiar na gestão que está a ser feita.

Continuamos fortemente empenhados em promover Peso da Régua e o Douro, enquanto destino turístico de preferência, certos de que cada vez mais pessoas vêm até nós, no intuito de descobrir as especificidades do território. A nossa responsabilidade aumenta no sentido de oferecer o que temos de melhor a quem nos visita. Contudo, o trabalho deste Executivo Municipal continuará a ser orientado, prioritariamente, em função das necessidades dos reguenses. Isto é imperativo!



A
M.
F-P

[Handwritten signature]

O Presidente da Câmara Municipal,


José Gonçalves

I – INTRODUÇÃO

CONTEXTO ECONÓMICO

Tendo-se registado um crescimento a superar as expectativas no 1º trimestre, a economia portuguesa apresentou menor dinamismo nos dois trimestres subsequentes (variações em cadeia do PIB trimestral de +0.1% e -0.2%, respetivamente), levando o Banco de Portugal a prever um “fraco” crescimento para o último trimestre de 2023, e revendo em baixa a perspetiva de crescimento anual para 2023 e 2024. Este ajuste reflete a expectativa de um menor volume de exportações e a manutenção por parte do BCE das taxas de juro de referência elevadas.

Desde abril que se registam diminuições das exportações para os principais parceiros comerciais nacionais. Esta tendência pode ser explicada pelo contexto económico menos dinâmico dos próprios principais parceiros, verificando-se decréscimo dos fluxos exportadores para os EUA, Espanha, Reino Unido e Países Baixos que mais contribuem para esta tendência de abrandamento.

O Banco de Portugal e o FMI, tinham revisto em alta o crescimento da economia portuguesa, nas suas projeções de junho, graças ao crescimento expressivo verificado no 1º trimestre. Contudo, o 2º trimestre mostrou estagnação da economia, dada a evolução nula do PIB em cadeia, em linha com o verificado na economia europeia nos últimos 3 trimestres. Com isto, a revisão das previsões, traduzem-se numa expectativa da evolução da economia portuguesa para níveis inferiores, entre 2,1% a 2,3%, para 2023. Ainda assim, o nível de crescimento previsto para a economia nacional, em 2023 e 2024, deverá acima da média da Zona Euro. No campo da inflação, a expectativa é que se situe entre 5,2% e 5,4%, continuando o abrandamento do crescimento dos níveis de preços em 2024, mantendo-se acima do objetivo dos 2% estabelecidos pelo BCE.

A redução prevista no crescimento da economia portuguesa deve-se à expectativa de abrandamento esperado para o crescimento da procura externa do turismo, aliada à persistente pressão inflacionista e manutenção por parte do BCE das taxas de juro elevadas, que deverão contribuir para a desaceleração do consumo dos portugueses. Por outro lado, o investimento associado ao PRR contribui de forma positiva para as expectativas de evolução do PIB até 2026, embora se continuem a verificar atrasos de execução.

Os dados do Eurostat indicam que Portugal baixou, no 2º trimestre de 2023, o seu rácio da dívida pública para 110% do PIB, ficando abaixo dos 112% verificados no final do 1º trimestre e dos 121% verificados no período homólogo. Portugal ocupa agora a 5ª posição dos Estados da União Europeia com maior dívida pública, onde ocupava a 3ª posição desde 2010. A expectativa de redução da dívida pública como uma prioridade no OE2024, ainda em vigor, seria reduzir a mesma para valores abaixo de 100% do PIB em 2024.

Segundo fontes do INE, a economia portuguesa cresceu 2,3% em 2023 apesar de altos juros do BCE, sendo que a procura interna contribuiu para subida do PIB, apesar da desaceleração do consumo privado

M.
E.
F-P
B
J
X
Z

e do investimento. No conjunto de 2023 a economia portuguesa cresceu 2,3%, com a procura interna e externa a contribuírem positivamente para este resultado.

"O Produto Interno Bruto (PIB), em termos reais, registou uma variação homóloga de 2,2% no quarto trimestre de 2023, após ter aumentado 1,9% no trimestre precedente".

Para este crescimento económico observado no final de 2023 contribuiu a procura interna e também a procura externa, explica o instituto:

Procura interna: o seu contributo para a variação homóloga do PIB manteve-se "elevado no quarto trimestre, verificando-se uma aceleração do consumo privado e uma desaceleração do investimento";

Procura externa líquida: o contributo desta componente para o PIB passou a positivo, tendo as exportações de bens e serviços em volume apresentado um crescimento mais intenso que as importações.

Pela terceira vez consecutiva, o Banco Central Europeu (BCE) decidiu voltar a manter as três taxas de juro inalteradas no início de 2024. Assim, os juros do BCE vão ficar inalterados no patamar entre os 4% e os 4,75%, pelo menos, até ao final do 1º trimestre, a data da próxima reunião de política monetária. A diminuição dos juros do BCE deverá ocorrer, previsivelmente, no verão de 2024, estando dependente da evolução da inflação, dos salários, assim como dos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente.

Persistindo o contexto de incerteza, com a evidente dificuldade na recuperação do poder de compra das famílias e dos sérios constrangimentos à alavancagem das empresas, fortemente influenciados pela escassez dos fatores de produção sujeitos a importação, a retoma económica não encontra tréguas. Os municípios vão tendo o papel fundamental de zelar pelo seu território e suas gentes, de forma a mitigar as dificuldades sentidas diariamente e, em simultâneo, garantir que as principais valências vão sendo executadas, de modo a dotar as famílias e empresários de mais e melhores condições de vida, no concelho e região.

Assim, este Relatório de Gestão traduz, embora de forma sucinta, a execução das Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimentos e do Orçamento do ano financeiro de 2023, refletindo um conjunto de resultados, que permite a verificação do grau de eficácia da afetação dos recursos aos objetivos realizados.

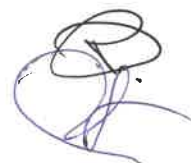
O trabalho deste Executivo Municipal está parametrizado em função da coesão territorial, da competitividade e da sustentabilidade da cidade e do concelho. A continuação da reabilitação do Hospital D. Luiz I, da recuperação do Balneário Termal das Caldas do Moledo e da requalificação da Av. ^a Dr. Manuel de Arriaga marcaram o ano em análise. Estas são obras de referência, fundamentais para a revitalização da economia local e para o incremento da qualidade de vida da população. Acresce o compromisso na área da habitação, com o objetivo de consolidar uma resposta social, que proporcione o acesso a uma habitação digna às famílias mais carenciadas do concelho.

Sabemos qual é o nosso papel na política regional, que deve ser transversal a todos os Municípios que integram o Douro, para estrategicamente consolidarmos a posição meritória de quarto destino turístico de

preferência em Portugal, mas, sobretudo, para ganharmos força reivindicativa nas questões fulcrais para cada concelho e para a região no seu todo. O trabalho tem-se centrado na criação de oportunidades que coincidem com a criação de emprego, a consequente fixação da população e o aumento do fluxo de turistas, na certeza de que o retorno económico ganhará amplitude a nível da economia local.

Consideramos que o planeamento estratégico, adequado às necessidades reais da população, tem permitido consolidar o investimento e fazer de Peso da Régua, um território competitivo.

Estamos certos de que o melhor está para vir!



II – PRIORIDADES ESTRATÉGICAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1 – ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MUNICÍPIO

Assembleia Municipal - Órgão deliberativo

De acordo com o definido na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal do Peso da Régua, órgão de natureza deliberativa do Município, é constituída por 29 elementos, 21 dos quais eleitos diretamente nas eleições para o respetivo Órgão aos quais se juntam os 8 Presidentes de Juntas de Freguesia e União de Freguesias.

Mesa da Assembleia – Órgão Deliberativo

Presidente da Assembleia Municipal - Artur José Montenegro Soveral Freire de Andrade

1º Secretário - Júlio Alfredo Mota

2º Secretário - Paula Manuel Pereira Correia dos Santos

Câmara Municipal - Órgão Executivo

Nos termos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vem estabelecer o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias, a composição da Câmara Municipal (em virtude de estar no intervalo entre 10.000 e 50.000 eleitores) é de 1 Presidente e 6 Vereadores.

Presidente - José Manuel Gonçalves

- Planeamento e Obras Públicas
- Fundos Comunitários
- Educação
- Finanças Municipais
- Proteção Civil
- Urbanismo e Obras Particulares
- Recursos Humanos
- Desenvolvimento Rural

Vice-Presidente - Maria José Fernandes Lacerda

- Cultura
- Saúde, Bem-estar e Qualidade de Vida



Vereador - Eduardo Jorge Ribeiro Pinto

- Economia Local, Inovação e Empreendedorismo
- Serviços Urbanos e Ambiente
- Mobilidade, Transportes e Segurança Rodoviária
- Energia
- Coesão Social
- Licenciamento e Fiscalização

Vereador - Rui Filipe dos Anjos Teixeira

- Desporto e Juventude
- Modernização Administrativa
- Comunicação e Imagem
- Turismo e promoção do território
- Assuntos Jurídicos

Vereador - Manuel da Costa Monteiro

Vereadora - Ana Luísa Couto Almeida dos Santos

Vereador - António Jorge de Sousa Pereira

A. M.
F.P.


2 – PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO

Participações Societárias em 31 de dezembro de 2023

▪ Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.

A Empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. foi criada em simultâneo com o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo por base o Decreto-Lei nº270-A/2001 de 6 de outubro, visando como objeto de intervenção a exploração, em regime de concessão por um período de 30 anos, a conceção e a construção das obras e equipamentos necessários para efetuar o abastecimento de água e saneamento em alta, assim como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção.

O capital teve a subscrição de 30 Municípios, assim como as sociedades, “Águas de Portugal S.G.P.S. S.A.” e a “Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, S.A.”.

O Município do Peso da Régua deteve uma participação social de 1,67% na respetiva sociedade até 31 de julho de 2015.

A 1 de agosto de 2015, com a fusão de todos os sistemas multimunicipais do Norte, foi criada a Empresa Águas do Norte onde o Município detém 0,42%, no valor de 467.528,00€.

▪ Águas do Interior – Norte, EM, SA.

A Águas do Interior – NORTE, EM, SA., foi constituída em 15 de novembro de 2019, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

Por força dos seus estatutos, a Águas do Interior – NORTE, EM, SA., é uma empresa encarregue da gestão de serviços de interesse geral, tendo, neste âmbito a ela competido a gestão dos serviços municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas nos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real.

Nos termos do disposto no artigo 17.º do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a delegação destes serviços é regulada através de um contrato de gestão delegada, celebrado entre os Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real e a Águas do Interior – NORTE, EM, SA.

A Águas do Interior – NORTE, EM, SA., assume-se como uma empresa local, de natureza intermunicipal, sob a forma de sociedade comercial anónima, de capitais exclusivamente públicos, sendo a totalidade do seu capital detida por entidades públicas. Goza de personalidade jurídica, é dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de independência orçamental. É representada pelo seu Presidente

P.M.
F.C.



do Conselho de Administração, Eng.º Carlos Manuel Gomes Matos da Silva, e pelo Vogal do Conselho de Administração, Dr. José Manuel Gonçalves, igualmente com poderes necessários para o efeito ao abrigo dos Estatutos da Empresa.

Pelo Contrato de Gestão Delegada, os Municípios delegam na Empresa a prestação tendencialmente universal nos territórios dos Concelhos dos Municípios participantes, dos seguintes serviços de interesse geral, nos termos previstos no artigo 2.º do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação:

1. Abastecimento público de água para consumo humano;
2. Saneamento de águas residuais urbanas.

Os serviços referidos no parágrafo anterior incluem a valorização de subprodutos resultantes daquelas atividades, nomeadamente a disponibilização de águas residuais tratadas aptas a novas utilizações.

A exploração e gestão destes sistemas municipais consubstanciam serviços de interesse geral devendo reger-se pelos princípios orientadores previstos no artigo 46.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua atual redação, que estabelece o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, bem como pelos seguintes princípios gerais, em consonância com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua atual redação:

1. A promoção tendencial da sua universalidade e garantia de igualdade no acesso;
2. A garantia da qualidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores;
3. O desenvolvimento da transparência na prestação dos serviços;
4. A proteção da saúde pública e do ambiente;
5. A garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis;
6. A promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento dos Municípios que integram a Empresa.

O Município do Peso da Régua detém 14,55% da AdIN.

Participações Não Societárias em 31 de dezembro de 2023

▪ Associação Nacional de Municípios Portugueses

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) foi criada a 22 de fevereiro de 1985, e tem por objetivo a representação e defesa dos Municípios Portugueses, perante os órgãos de soberania e perante as organizações nacionais ou internacionais.

Desenvolve projetos com vista ao acompanhamento do Poder Local, promove a troca de experiências e o intercâmbio de informação entre os seus membros, para além de disponibilizar meios de ação técnico-jurídica para os Municípios associados.

A.M.
F.P.


▪ **Associação de Municípios do Vale do Douro Norte**

Constituída a 25 de outubro de 1990 pelos Municípios de Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real, a Associação de Municípios do Vale do Douro Norte surgiu de a necessidade destes Municípios coordenarem ações de desenvolvimento sustentável na Região. Neste sentido, gere iniciativas intermunicipais em todo o território da Associação, das quais se destaca a Gestão do Canil Intermunicipal.

▪ **Associação de Municípios Portugueses do Vinho**

Com o objetivo de promover e valorizar os vinhos e as regiões de origem, foi constituída em 2007 a Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV).

Atualmente com 71 Municípios associados, a AMPV tem desenvolvido contatos com o Ministério da Agricultura, o Instituto do Vinho e do Turismo de Portugal entre outras entidades do setor para que, atuando em conjunto, sejam desenvolvidas estratégias de promoção do produto de acordo com as especificidades de cada Concelho.

A AMPV propõe a formulação de linhas orientadoras de ação que consubstanciam a cooperação e a partilha de experiências entre Municípios que representam as regiões demarcadas de produção de vinho de qualidade.

▪ **Associação do Douro Histórico**

Criada em 1991, a Associação do Douro Histórico nasceu da tomada de consciência, por parte dos agentes locais da Região do Alto Douro, privados e públicos, de que o processo de desenvolvimento rural foi e é uma necessidade emergente, e que com uma iniciativa dinâmica, enraizada na sociedade local, feito com as pessoas, pelas pessoas e para as pessoas, poderia vir a ser desenvolvido.

De entre as atividades desenvolvidas, sobressai a gestão dos fundos comunitários que visam apoiar projetos de desenvolvimento rural na procura da melhoria da qualidade de vida através do reforço do sistema produtivo, da capacidade de iniciativa e de empreendedorismo, a valorização e diversificação da atividade económica local, a preservação e valorização do património construído, natural e cultural.

▪ **Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico**

Criada e sediada em Lamego, a 22 de junho de 1988, a Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico visa, essencialmente, a preservação e conservação dos centros históricos dos aglomerados urbanos, promovendo a sua dinamização, contribuindo, assim, para o bem-estar das populações que deles desfrutam e usufruem.

A Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico, em colaboração com os Municípios, promove ações de divulgação cultural e proteção de locais que são da maior importância nacional e de

indiscutível interesse público.

▪ **Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro**

A Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro (AIMRD) surge da vontade de diversas localidades, situadas nas margens deste rio, em criar um órgão capaz de se ocupar da cooperação transfronteiriça entre Espanha e Portugal, assim como de tentar alcançar a consecução de um projeto económico e ecológico comum.

Os primeiros passos da Associação remontam ao protocolo assinado em 12 de fevereiro de 1993, em Valladolid, pelos Municípios de Covaleda, Aranda de Duero, Roa, Penafiel, Laguna de Duero, Valladolid, Toro, Zamora, e as Câmaras Municipais de Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Peso da Régua, Castelo de Paiva, Penafiel, Vila Nova de Gaia e Porto.

A AIMRD tem como objetivos principais: promover a elaboração de um projeto de desenvolvimento integral cujo centro seja o rio Douro, com as suas inúmeras potencialidades, e que abranja a área das câmaras municipais ribeirinha; impulsionar a adoção de um compromisso ecológico, cuja finalidade consista na defesa do rio Douro, essencial para a vida das povoações ribeirinhas; denunciar e tratar de impedir possíveis atentados ecológicos; desenvolver programas que melhorem e potenciem a atividade dos seus sócios, nomeadamente no âmbito das infraestruturas e dos serviços especializados; promover e defender os interesses dos seus associados para conseguir o desenvolvimento integral da área geográfica do Douro, para além de melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

▪ **Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2**

Composta pelos Municípios de Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua, Lamego, Castro Daire, Viseu, Tondela, Santa Comba Dão, Penacova, Vila Nova de Poiares, Góis, Pedrogão Grande, Sertã, Lousã, Vila de Rei, Sardoal, Abrantes, Ponte de Sor, Mora, Montemor-o-Novo, Viana do Alentejo, Castro Verde, Aljustrel, Almodôvar, Loulé, São Brás de Alportel e Faro foi constituída a 5 de novembro de 2016. Tem como objetivo principal o desenvolvimento turístico e a promoção económica e cultural dos Municípios que foram atravessados pela antiga Estrada Nacional 2 (EN2).

▪ **Comunidade Intermunicipal do Douro**

Constituída por escritura pública, pelos 19 Municípios da NUT III Douro, a 15 de janeiro de 2009, tem como principais objetivos: a participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, através dos fundos comunitários; a articulação dos investimentos municipais e de interesse intermunicipal; promoção do planeamento e da gestão estratégica de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido.

E M.
E.T


▪ **Fundação Museu do Douro**

A Fundação Museu do Douro foi criada a 23 de março de 2006, pelo Decreto-Lei nº 70/06. É uma instituição de direito privado e utilidade pública, dotada de personalidade jurídica.

A Fundação tem como objetivo principal a promoção de atividades culturais, que dignifiquem e publicitem a Região do Douro, cabendo-lhe a instalação, a manutenção e a gestão do Museu da Região do Douro, criado pela Lei nº 125/97, de 2 de dezembro, bem como a concretização das atribuições estabelecidas na referida lei.

▪ **Douro Alliance**

A Associação de Municípios “Douro Alliance - Eixo Urbano do Douro” foi constituída por escritura pública, a 10 de julho de 2009, pelos Municípios do Peso da Régua, Lamego e Vila Real, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, pela Associação Comercial e Industrial dos Concelhos do Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio, assim como pela Associação Comercial e Industrial de Vila Real, Associação Empresarial de Lamego e, ainda, pela NERVIR - Associação Empresarial.

O objetivo comum é a criação de uma plataforma de diálogo, partilha e cooperação entre cidades, desenvolvendo uma identidade regional forte, em torno de uma estratégia comum que possa reverter em benefícios partilhados. Com o desenvolvimento das ações previstas na candidatura “Douro Alliance”, procuraremos encontrar estratégias e aproveitar sinergias para a implementação e consolidação de projetos, cujos efeitos se farão sentir, não apenas em Vila Real, Peso da Régua e Lamego, mas também em toda a Região do Douro.

▪ **Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular**

Constituída pelas 34 principais cidades do Norte de Portugal e da Galiza, a Associação Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular surgiu a 1 de abril de 1992, com o objetivo de desenvolver tecnológica, social, cultural e cientificamente as cidades que a integram, promovendo uma cultura de coesão no território comum.

Com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável da região transfronteiriça, o Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular realiza estudos e projetos (principalmente os que apresentem possibilidade de cofinanciamento estatal, comunitário ou internacional) que visem formas de relacionamento entre agentes, estruturas e entidades públicas e privadas.

▪ **Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal**

Pessoa coletiva de direito público de âmbito territorial, dotada de autonomia administrativa, financeira e património próprio, foi criada para gerir a área regional de turismo coincidente com o território da NUT II Norte, com estatutos aprovados pela Portaria nº 1039/2008 de 13 de outubro e de acordo com a deliberação nº 358 tomada em Reunião de Câmara de 9 de dezembro de 2008.

▪ A Federação Portuguesa do Caminho de Santiago

Em Maio de 2019, foi criada a Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, projeto que já vinha sendo desenvolvido desde 2015 por vários parceiros fundadores, com os apoios respetivos do Turismo de Portugal e Direção Geral de Património Cultural.

A Federação Portuguesa do Caminho de Santiago resultou da necessidade de existência de uma organização que permitisse a concertação de todas as matérias relacionadas com os Caminhos de Santiago em Portugal, associando à volta deste projeto os Municípios, Associações de Peregrinos e todas as Instituições privadas ou públicas relacionadas com esta temática.

A Federação Portuguesa do Caminho de Santiago tem como principais responsabilidades servir de plataforma de comunicação com as entidades nacionais (Turismo, Cultura, Igreja e Associações) e internacionais, através da Federação Europeia dos Caminhos de Santiago, Fundação Xacobeo e Instituto Cultural do Conselho da Europa; proceder à promoção dos Caminhos Portugueses de Santiago a nível nacional e internacional; organizar eventos e seminários relacionados com a temática dos Caminhos de Santiago e ainda, tendo em vista o atual DL 52/2019 apoiar os procedimentos para as respetivas certificações dos Caminhos de Santiago Portugueses, assim como a Certificação como Itinerários Culturais Europeus.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters "P" and "F.P.", and a large signature.

M.A.
F-P







DOPSU

DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS

A. M.
F.P.

DIVISÃO DE OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS

SETOR DE OBRAS PÚBLICAS

Ao setor de Obras Públicas compete, fundamentalmente, coordenar e gerir todas as tarefas inerentes à organização e elaboração dos processos de concurso de empreitadas de obras públicas bem como, coordenar e gerir a fiscalização das empreitadas de obras públicas adjudicadas pela Câmara Municipal.

Nesse âmbito, durante o ano de 2023, decorreram as empreitadas identificadas no mapa a seguir, algumas das quais com início em anos anteriores.

São também referenciadas algumas empreitadas que, embora não tenham tido faturação no ano de 2023, tiveram o processo de concurso de contratação concretizado nesse ano.

EMPREITADA COM FATURAÇÃO EM 2023	VALOR DA ADJUDICAÇÃO	FATURAÇÃO 2023
2019		
Implementação dos modos suaves na Av. Dr. Manuel de Arriaga	822 547,11 €	258 550,05 €
Centro Interpretativo e Albergue do Caminho Português Interior de Santiago	109 753,53 €	9 403,80 €
2020		
Reabilitação de edifícios do Bairro da Junta Autónoma de Estradas	379 702,24 €	126 213,66 €
Reabilitação de edifícios do Bairro Diocese de Vila Real	788 180,72 €	101 929,41 €
Revitalização do Balneário Termal para fins terapêuticos das Caldas do Moledo	1 520 774,46 €	583 149,31 €
Reabilitação e Regeneração do Hospital D.Luiz I	3 183 122,46 €	2 170 095,74 €
2021		
Execução e manutenção de pavimentos em cubos de granito – Concelho de Peso da Régua	144 744,17 €	52 524,27 €
2022		
Reabilitação de Espaço Público adjacente ao Bairro Social J.A.E	121 999,83 €	121 999,83 €
Reabilitação de edifícios de habitação no Bairro Fundo Fomento Habitação – Bloco 21	198 739,71 €	104 818,47 €
Reabilitação de edifícios de habitação no Bairro Fundo Fomento Habitação – Bloco 21 - Trabalhos Complementares	41 942,32 €	41 942,32 €
Reabilitação de espaço público adjacente ao cemitério Godim-Fase II - Alargamento da Rua Camilo de Araújo Correia - Godim	290 390,00 €	290 390,00 €
Reabilitação do arruamento entre o Centro Escolar das Alagoas e espaço Público adjacente à Casa do Povo de Godim- Rua Prof. Virgílio Correia	271 700,67 €	271 700,67 €

Iluminação e vedação - Polidesportivo de Vilarinho dos Freires	29 072,30 €	29 072,30 €
Iluminação e vedação - Polidesportivo de Vilarinho dos Freires - Trabalhos Complementares	10 837,20 €	10 837,20 €
Reabilitação do Antigo "Hotel Vilhena" - Habitação Social em Caldas do Moledo - Fontelas	1 266 868,24 €	487 432,27 €
2023		
Trabalhos de Demolição de Maciços, Estabilização de Talude e Aplicação de Rede de Proteção - EM 313-1 - Bagaúste - Covelinhas	148 665,00 €	148 665,00 €
Trabalhos de Demolição de Maciços, Estabilização de Talude e Aplicação de Rede de Proteção - EM 313-1 - Bagaúste - Covelinhas - Trabalhos Complementares	100 018,25 €	100 018,25 €
Execução de muro e arranjo de Largo junto Caminho Público- Sergude	9 760,00 €	9 760,00 €
Trabalhos de estabilização de talude E limpeza de terras -EM 313-1- Bagaúste	9 750,00 €	9 750,00 €
Execução de muro de suporte no Lugar do fragão – Alvações do Tanha – Vilarinho dos Freires	19 970,00 €	19 970,00 €
Reabilitação de pavimento e drenagem de águas pluviais - (Lugar do Pontão) - Sedielos	29 340,00 €	29 340,00 €
Reabilitação de pavimento e drenagem de águas pluviais - (Lugar do Pontão) - Sedielos - Trabalhos Complementares	14 200,00 €	14 200,00 €
Reabilitação de 22 Fogos no Bairro JAE	660 756,76 €	
Pintura Exterior do Edifício da Câmara Municipal de Peso da Régua	10 000,00 €	10 000,00 €
Arranjo Paisagístico - Parque da Sírius	9 995,10 €	9 995,10 €
Arranjo Paisagístico - Parque da Sírius - Trabalhos Complementares	1 180,00 €	1 180,00 €
Revestimento de Pavimentos, Escadas e Paredes da Passagem Subterrânea do C. E. Alameda - Peso da Régua	14 995,00 €	14 995,00 €
Desmontagem e Remontagem de Colunas - Av. Do Douro	2 675,27 €	2 675,27 €
Bairro FFH - Bloco 21 - Reabilitação da Fração H	29 692,11 €	29 692,11 €
Reabilitação de pavimentos em betuminoso Moura Morta	148 781,00 €	148 781,00 €
Bairro FFH - Bloco 21 - Parte Comum - Instalações Elétricas	15 032,31 €	15 032,31 €
Trabalhos na Zona Envolvente do Centro Interpretativo e Albergue do Caminho de S. Tiago	3 025,00 €	3 025,00 €
Reabilitação de Tetos e Paredes no Edifício do Centro Escolar das Alagoas - Godim	9 970,00 €	9 970,00 €
Vedação e cobertura em alumínio na zona dos equipamentos de AVAC - Balneário termal do Moledo	19 799,15 €	19 799,15 €

SETOR DE SERVIÇOS URBANOS

Este setor é responsável pela conservação e manutenção das infraestruturas públicas municipais, podendo realizar, nessa área, pequenas intervenções por administração direta.

Mais discriminadamente, as competências referidas abrangem a manutenção, reparação de anomalias e pequenas inovações por administração direta, nos edifícios municipais, edifícios escolares e edifícios de habitação social. Inclui-se também a manutenção do espaço público, ambiente e gestão de resíduos.

Durante o ano de 2023 foram realizadas, por administração direta, inúmeras intervenções no âmbito da manutenção e conservação de edifícios municipais, escolares e de habitação social, num valor total de 92.000,00 €.

No âmbito da manutenção e beneficiação de espaço público, foram efetuadas, por administração direta, intervenções de reparação e manutenção de pavimentos de vias rodoviárias, bem como reparação e beneficiação de passeios e vias pedonais. Houve também uma especial atenção à melhoria de acessibilidades a cidadãos com mobilidade reduzida, com a execução de rampas e rebaixamento de zonas de acesso a passeadeiras. Foi também efetuado um reforço de sinalização rodoviária. O valor total gasto nessa área foi de 71.000,00 €.

Na área de espaços verdes, ambiente e limpeza urbana, as intervenções incidiram na manutenção e beneficiação de jardins e áreas verdes da cidade, limpeza do espaço público, desinfeção de áreas urbanas e infraestruturas, recolha de resíduos excedentes dos contentores, com especial incidência na recolha de papelão produzido pelos estabelecimentos comerciais e recolha de monstros. Foi também reforçado o número de papeleiras e contentores no espaço urbano. O valor referente ao conjunto de intervenções nesta área foi de 104.000,00 €.

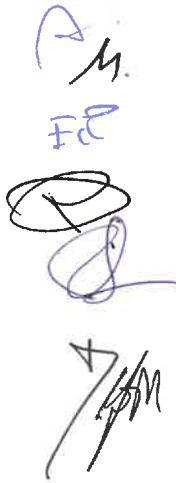


P.
M.
F.P.
R.
Ch
7
PM



DPDEGT

DIVISÃO DE PLANEAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E GESTÃO DO TERRITÓRIO



DIVISÃO DE PLANEAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

No resumo da atividade desta unidade orgânica municipal, o ano de 2023 decorreu sem constrangimentos de maior e dentro do seu habitual quadro de atribuições e competências, tendo sido marcado por uma maior incidência na área de planeamento urbano, em especial a de nível municipal.

No que respeita à área de gestão urbanística, retomou-se o habitual modelo funcional dos setores adstritos, carentes agora de uma modernização procedimental e de circuitos de tramitação com uma futura desmaterialização e digitalização processual, mais pertinente ainda com o que decorre de recentes alterações legislativas de simplificação administrativa que impões novos procedimentos só ao alcance de novos modelos de gestão e funcionamento.

A colmatação de carências notórias ao nível dos recursos humanos, foi dissipada em 2022 com o recurso a técnicos estagiários de diferentes áreas, em especial no que se refere à geografia e arquitetura.

Não obstante a integração no quadro de um dos técnicos superiores (e com isso o retomar de parte da atividade atribuída ao setor de SIG) a partir de meados de 2023, e com a conclusão mais ou menos simultânea desses períodos de estágio, voltou a evidenciar-se uma fragilidade estrutural que se procura a curto prazo resolver.

A Alteração ao Plano Diretor Municipal teve no ano anterior o seu maior desenvolvimento tendo absorvido a maior parte do tempo dos recursos técnicos destinados a este trabalho. Neste processo, cujo objetivo é a adaptação dos instrumentos de gestão territorial municipal à nova política de classificação e qualificação dos solos (tendo o prazo limite para esta adaptação sido estendido para dezembro de 2024) o ano anterior permitiu desenvolver uma proposta que a muito curto prazo poderá ser colocada à apreciação e aprovação.

Também no domínio municipal, o ano de 2023 foi marcado pelo desenvolvimento dos trabalhos de desenvolvimento da proposta de plano de pormenor para a Zona de Vocação Turística da Milnorte (PP Milnorte), em especial no que decorreu após a pronúncia das entidades com interesse, representadas na comissão de acompanhamento ao plano, em sede da primeira reunião realizada em janeiro.

Durante todo o ano foram promovidas e realizadas reuniões sectoriais com as entidades da tutela, num exercício de concertação entre os objetivos do plano de pormenor e as distintas posições tomadas pelas entidades com tutela e jurisdição na área de intervenção.

Ainda na área de planeamento, mas num nível superior (plano especial) durante o ano anterior o município através destes serviços, manifestou a sua discordância com a proposta do Plano de Gestão de Riscos e Inundações – Região Hidrográfica do Douro (PGRI), em especial no que se refere à incidência sobre a área urbana inundável da cidade do Peso da Régua, e à ausência de regulamentação específica que salvaguardasse a situação concreta da nossa zona ribeirinha.

A.
M.
E.P.



Esta posição conduziu à realização de uma reunião em agosto de 2023 na Câmara Municipal de Peso da Régua, com a presença de dirigentes superiores da entidade promotora (APA/ARH-Norte) e da CCDDR-N, vincando-se as pretensões do município a este nível e à legitimidade do histórico apresentado, de forma a integrar um regime excecional no plano, para o caso do Peso da Régua.

Ainda relacionado com este plano de incidência hidrográfica, refira-se que no processo de alteração do PDM em curso, enquadrar-se-á uma mudança material regulamentar numa das normas transpostas do POARC, por forma a retificar uma regra que têm causado uma discrepância de interpretação formal no que respeita às condições de edificabilidade em Zonas Ameaçadas por Cheias em zona urbana, e que relaciona com um limite de intervenção em parcelas até 250 m².

Também o Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-N) mereceu o acompanhamento desta divisão na proposta de modelo territorial apresentado na fase final do ano; os planos diretores municipais em curso nos concelhos confrontantes, tiveram ao longo do último ano, o acompanhamento do município através da participação de representante técnico.

Compete também a esta divisão as áreas relacionadas com a estratégia municipal e a elaboração de estudos e projetos que respondem a essa estratégia de desenvolvimento. Tendo em conta esta incumbência, continuou a ser desenvolvido no ano anterior, o projeto da nova ligação entre o nó rodoviário da A24 e o interior da cidade – Via Estruturante do Rodo. Correlacionado com este projeto de fundo, desenvolveu-se nesta unidade orgânica, um estudo preliminar de implantação de uma Área de Acolhimento Empresarial no Vale do Rodo, que servirá à elaboração do respetivo projeto de execução e de suporte a um eventual processo de candidatura a fundo de cofinanciamento.

O projeto de instalação de Estrutura de Acolhimento de Passageiros no âmbito da Modernização do Cais da Régua, promovido pela APDL, não obstante ter o desenvolvimento expectável no decurso do ano passado, continuou a merecer a nossa colaboração e acompanhamento próximo.

Para além desta atividade, o exercício do Gabinete de Estudos e Planeamento manteve o habitual apoio a outras unidades orgânicas nas Áreas de Reabilitação Urbana, Estratégia Local de Habitação e Alojamento Local.

Na relação cooperativa com o GARUPR, desenvolveu-se um estudo preliminar de implantação urbana, viabilidade e distribuição tipológica, de dois conjuntos habitacionais em terrenos na zona do Peso, cujo resultado serviu de base a definição de parâmetros e indicadores para a formalização de candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência, e ao estabelecimento programático para a encomenda dos respetivos projetos.

O final do ano de 2023 permitiu concluir a obra de Reabilitação do Balneário Termal (Piscinas) das Caldas do Moledo, e com isso o trabalho de acompanhamento técnico feito pelo GEP. Complementarmente,

colaborou-se com a equipa do REVIVE na elaboração do programa de revitalização em desenvolvimento pelo Turismo de Portugal.

No setor da gestão urbanística, cuja atividade será detalhada de seguida, verificou-se um aumento do movimento processual, em particular na submissão de novos pedidos de operações urbanísticas.

ATIVIDADE

O ano de 2023 correspondeu a um aumento global muito significativo em relação aos anos transatos, no que respeita ao número total de solicitações. Isto não significa que os processos de maior relevância urbanística, como são os pedidos de obras de construção, tenham aumentado da mesma forma. Não obstante ter havido um acréscimo de doze processos nesta área, o seu total não se aproxima da média conseguida no triénio 2019-2021, cuja média se fixou nos 110 pedidos anuais. Constatando-se uma subida notória nos processos de pedido de ocupação de via pública, poder-se-á concluir que isso se deve à execução de obras, legitimadas no período de maior expressão anterior a 2022.

Neste quadro de tramitação e análise, os serviços administrativo e técnico do Setor de Gestão Urbanística deram uma resposta global eficaz, num quadro de normalidade plena no que respeita ao regime de funcionamento e atendimento ao público.

No âmbito desta modalidade, e a título de referência, manteve-se por opção de muitos interessados a opção por atendimento por via digital, tendo-se vulgarizado como forma de resposta a audiência e reuniões de trabalho entre serviços e técnicos, promotores e municípios.

O quadro seguinte, utilizando um comparativo com os últimos seis anos, apresenta o resumo da movimentação processual global em números por tipologias de procedimento urbanístico em comparação aos anos transatos.

Conforme já sugerido no início, os indicadores de 2023 representam uma inversão ao decréscimo significativo que se verificou em 2022. O valor total, consideravelmente maior que o apresentado nos restantes anos anteriores, é empolado pela tipologia de "Diversos".

Movimentação Processual	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017
Processos de Obras	84	76	114	96	119	76	97
Utilização / Alteração de Utilização	55	45	56	45	45	47	31
Processo de Loteamento	1	0	1	0	0	1	0
Destaque (certificação)	4	3	6	7	5	1	5
Informação Prévia	11	8	10	6	6	7	11
Propriedade Horizontal (Certificação)	8	5	8	6	5	8	4
Ocupação da Via Pública	41	31	24	21	19	23	15

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a signature and the letters "FP".

Publicidade	5	2	13	1	9	7	6
Segurança / Salubridade	0	0	0	0	0	0	0
Diversos	393	332	302	288	340	279	271
Disposições controlo de funcionamento	0	0	1	4	4	1	5
Ficha Técnica de Habitação	42	25	16	37	25	18	34
TOTAL	644	527	551	511	577	468	479

SECÇÃO ADMINISTRATIVA

Na Secção Administrativa desta unidade orgânica são concentradas as funções de articulação interna entre os Setores de Gestão urbanística o Setor de Fiscalização, assegurando - num quadro de cumprimento dos regimes jurídicos gerais e demais legislações aplicáveis, regulamentos municipais, e restante tramitação processual vinculada estritamente ao Código do Procedimento Administrativo - a cadeia de tramitação processual urbanística com os órgãos executivo e deliberativo, para além de ser a partir daqui que é estabelecida a relação com os requerentes, interessados e munícipes, com a gestão e comunicação oficial dos respetivos processos.

No ano transato, e conforme já anteriormente referido, verificou-se um aumento substancial dos indicadores parciais, com uma duplicação do número de emissões de alvará de utilização em relação ao ano de 2022, e um aumento igualmente significativo na quantidade de certidões emitidas. Os alvarás de obras de construção e de comunicações prévias mantiveram a cadência de aumento verificada nos últimos anos.

A opção urbanística configurada no âmbito da tipologia de operação de loteamento, continua a ser pouco utilizada pelos promotores, não se tendo verificado nenhum pedido de submissão nesta área durante o ano de 2023, retomando assim a tendência nula dos últimos períodos homólogos. Esta tendência poderá a médio prazo inverter-se, dado que, a classificação de solo urbano em algumas áreas terá (com a entrada em vigor da alteração do PDM) uma vigência programática e mais curta, conduzindo a adoção desta tipologia para a concretização urbana de zonas expectáveis.

Títulos	2023	2022	2021	2020
Alvarás de Obras e Comunicações Prévias	63	58	56	43
Alvarás de Utilização	61	33	50	37
Alvarás de Loteamento	0	1	0	0
Aditamentos	16	11	6	7
Certidões	199	162	179	147

A
M.
F.P.
[assinatura]
[assinatura]

SETOR DE GESTÃO URBANÍSTICA

Neste setor, que conta atualmente com dois técnicos superiores (um dos quais agora com competência de coordenação) contempla-se a análise processual urbanística, competindo a verificação da instrução, submissão dos pedidos a consulta das entidades com tutela, e a verificação do cumprimento das normas e regulamentos urbanísticos e adequação aos instrumentos de gestão territorial, em particular os de âmbito municipal.

A conclusão deste trabalho de análise processual, é congregado nas informações técnicas colocadas à consideração superior, que suportam os respetivos despachos e deliberações municipais nesta área.

A este mesmo setor e ao seu quadro permanente, estão atribuídos a função de esclarecimento técnico e processual, através de atendimento presencial ou telemático (modalidade impulsionada no período pandémico e consolidada nos anos subsequentes) em dia semanal fixado para esse efeito.

A participação em comissões de fiscalização e vistoria, e a pronúncia em pareceres prévios de enquadramento de operações urbanísticas nas Áreas de Reabilitação Urbana definidas para o concelho é ainda competência deste setor e dos seus técnicos.

Para além do recente reforço de um técnico superior na área de Direito, cuja maior-valia para o serviço foi já referida no relatório anterior, a secção pôde ainda contar durante o ano de 2023, com uma maior interação com o apoio do setor de Sistemas de Identificação Geográfica e da técnica superior que o constitui, assegurando no âmbito das competências que lhe foram atribuídas, a georreferenciação das pretensões urbanísticas e, para além de outras funções muito relevantes, o apoio na identificação de eventuais antecedentes processuais, fundamentais ao trabalho de análise.

Conforme já se poderia deduzir pela leitura do quadro anterior referente ao setor administrativo, no ano de 2023 verificou-se um aumento generalizados das tipologias procedimentais congregadas no que se classifica como "Obras Particulares". Os de maior expressão e exigência para os serviços (Processos) aumentaram para números inéditos nos últimos anos, tendo como consequência lógica, um aumento proporcional nos que se refere aos pedidos informados e despachados.

Obras Particulares		2023	2022	2021	2020
Processos		644	527	551	511
Requerimentos		1564	1303	1435	1115
Informados		3566	3119	3402	2655
Deferidos	por despacho	560	507	521	450
	por deliberação	72	52	40	54
Informações Técnicas	Chefe de Divisão	1241	1081	1227	893

	Técnicos	1693	1476	1622	1258
Pareceres Externos		138	93	141	130
Ofícios / Notificações		1368	1023	1125	899

SETOR DE FISCALIZAÇÃO

Esta subdivisão orgânica tem a função-maior de fiscalização e prevenção da legalidade e conformidade das operações urbanísticas licenciadas e autorizadas, verificando-as em ações ordinárias no terreno. Para além disso, os fiscais municipais colaboram habitualmente com a DOPSU e com a DAF nas ações de fiscalização das feiras de levante, mercado municipal e festas anuais.

O ano de 2023 contou com a estabilização definitiva do quadro de fiscais municipais, contribuindo para a normalização e eficácia das ações, retomando-se assim uma cobertura plena do território, através da distribuição das áreas territoriais por fiscal.

SETOR DE DESENHO, CARTOGRAFIA E SIG

No decurso do ano transato foi possível a abertura de procedimento concursal para a contratação de técnico superior na área de Sistemas de Identificação Geográfica, e a consequente entrada em funções de uma geógrafa que permitiu assim reativar esta área, com a dedicação exclusiva de um técnico especializado.

O contributo deste setor para a área de Gestão Urbanística foi já anteriormente referenciado, constatando-se não só na identificação cadastral, atualização, sistematização cartográfica e recolha e tratamento de informação de apoio à gestão de todas as infraestruturas, mas também na identificação e registo das diversas operações urbanísticas.

Também a toponímia municipal é uma das atribuições deste setor, assegurando-se a atribuição de números de polícia e o apoio técnico às juntas de freguesia em processos de elaboração toponímica e sua validação.

Esta profusão de tarefas impede, no entanto, a alocação da mesma técnica para as áreas de planeamento urbano. Isso foi durante algum tempo assegurado por um técnico estagiário formado em Geografia, que nesta divisão realizou essa sua etapa académica, verificando-se no último decurso do ano a carência com esse término, colmatada na medida do possível pelo técnico superior que integra o Gabinete de Estudos e Planeamento.

Uma formação básica na área de SIG, permitiu ao técnico superior, um acompanhamento técnico e apoio aos processos de elaboração dos diversos instrumentos de gestão territorial a decorrer, em especial os relativos à Alteração e Revisão do PDM, com o tratamento, análise e validação em SIG, da informação planimétrica produzida pela equipa técnica externa contratada pelo município para a elaboração dos planos.

M.
FP



Assim, as atividades deste setor resumem-se aos seguintes trabalhos:

- Acompanhamento à elaboração de processos de toponímia e sua validação;
- Resposta a requerimentos diversos relativos a numeração de polícia, toponímia, confrontações e convergência de moradas;
- Georreferenciação de processos urbanísticos, com a consequente organização e arquivo e apoio à análise técnica e verificação da correta georreferenciação da planta de implantação;
- Tratamento, georreferenciação e estudos de suporte à elaboração dos instrumentos de gestão territorial em execução;
- Colaboração com outras entidades públicas e estruturas orgânicas deste município, na georreferenciação da localização dos novos ecopontos (DOPSU / ADIN); circuitos de varredura manual, por funcionário e por periodicidade (DOPSU); e atualização do sistema de redes e infraestruturas e outras tarefas (ERSAR);
- Apoio técnico ao Setor de Fiscalização com consulta de informação cadastral, identificação de artigos rústicos e urbanos, impressão de cadernetas prediais e plantas de localização.

GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO

O Gabinete de Estudos e Planeamento conta atualmente apenas com dois elementos permanentes: um assistente técnico (Desenhador) e um técnico superior (Arquiteto Paisagista). Este deficit tem obrigado ao longo dos últimos anos, a uma redefinição do conteúdo programático e das suas atribuições deste gabinete, passando pela diminuição da elaboração de projetos em relação à realização de estudos e do apoio técnico e urbanístico, concentrando mais os seus esforços, na área de planeamento urbano, a qual tem obrigado uma maior dedicação.

O ano de 2023 foi muito profícuo no que respeita ao planeamento municipal – quer no âmbito da elaboração do plano de pormenor da Milnorte, alteração ao PDM, ou no acompanhamento de outros planos municipais e de ordem ou hierarquia superior como sejam os já referidos PGRI ou PROT-N – o que exigiu uma afetação quase em permanência do técnico superior a esta área.

O processo de alteração ao PDM foi o que exigiu deste sector uma dedicação mais quotidiana. Em permanente interligação com a equipa responsável pela alteração, o GEP foi tratando e triando a informação recebida, de forma que o trabalho de análise técnica se revelasse mais simplificado, podendo ser colocado à consideração superior. O ano terminou com uma proposta de alteração bastante consolidada e maturada, antecipando a fase de concertação.

Também ao nível do planeamento e no que respeita ao plano de pormenor da Milnorte, o apoio do gabinete ao desenvolvimento da proposta foi determinante. Após a realização da primeira reunião da Comissão de Acompanhamento (realizada em janeiro de 2023) o decurso do trabalho, em parceria com a equipa autora

A.
M.
E-P.



da proposta, contou com o apoio permanente do GEP na análise às pronúncias das entidades interessadas e no tratamento da informação recebida.

Durante parte do ano, o GEP contou com a colaboração (em modelo de estágio de acesso à ordem profissional) com um técnico formado na área de arquitetura cujo contributo foi muito importante, em particular no que se refere à assistência técnica à obra de reabilitação das piscinas termais de Caldas de Moledo (cuja conclusão decorreu no final do ano) e à colaboração na elaboração de estudos urbanísticos e outras tarefas correlacionadas, designadamente à que se a produção de elementos diversos de instrução a processos de candidaturas.

Este gabinete teve ainda um papel muito ativo na validação e aferição da proposta preliminar de toponímia para a área urbana do Peso da Régua, apresentada pela competente União das Freguesias, através de trabalho de análise e de campo com vista ao seu depuramento definitivo.

Para além destes trabalhos, como tem vindo a ser habitual, o GEP, através do seu técnico superior, continua a assegurar a análise à instrução e validação dos pedidos de Alojamento Local que carecem de parecer municipal, assegurando ainda um apoio aos munícipes na sua inscrição junto do Turismo de Portugal. A comissão municipal constituída para a vistoria destas operações, é também composta pelo mesmo técnico que assegura o seu funcionamento e tramitação.

Apesar de uma maior concentração nas áreas de planeamento urbano, a atuação do GEP verificou-se ainda durante o ano transato, no desenvolvimento dos seguintes trabalhos:

Projetos

- Atualização do da proposta de Regulamento de Espaços Verdes
- Candidatura Bairro Digital (Transporte Público Urbano)
- Arranjos Exteriores do Moledo (cobertura ajardinada)
- Piscinas Moledo (acompanhamento de obra)
- Requalificação das áreas verdes do Parque Sérios
- Requalificação Ambiental do Estaleiro da Cederma
- Placa evocativa - Professor Dr. António Coimbra de Matos

Estudos e Levantamentos

- Atualização da Base Topográfica do Concelho
- Ecopista Prolongamento (Projeto Base)
- Ligação do nó da A24 à EM601 e zona empresarial
- Área de Acolhimento Empresarial e Tecnológica
- Balneário Moledo (levantamento áreas)
- Programa REVIVE – Caldas do Moledo
- Levantamento de alguns edifícios municipais, para fins de reabilitação

A. M.
E. P.



- Estudos sobre a cota 66 – Cota de cheia
- Estudo para a implantação de blocos de habitação social, adjacentes ao Bairro Branco
- Cemitério de Peso - Proposta de divisão de talhões com renumeração dos jazigos

Apoio a outras unidades orgânicas

- Festas da Ascensão, S. João, N.ª. Sr.ª Socorro | DDSE
- Plantas Pavilhão | DDSE
- IMI – Classificação de Prédios Devolutos | DAF
- Avaliação Fitossanitária e apoio de arboricultura | secção de espaços verdes – DOPSU
- Estudo de Tráfego | PLANEAMUS
- Requalificação das áreas verdes do Parque Sírios, acompanhamento de obra | DOPSU
- Apoio na reorganização de equipamentos para as comemorações do dia 10 de junho
- Seleção de equipamentos para o Albergue
- Coordenação para a implantação na zona verde do AUDIR - Campanha Laço Azul | DDSE
- Toponímia – Apoio e validação de estudo prévio | Junta de UF Peso da Régua e Godim

Alojamento Local

- Registo, Vistoria e apoio ao munícipe para o Alojamento Local

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL

A funcionar desde o ano de 2006 e integrado nesta unidade orgânica, o Gabinete Florestal tem como objetivos fundamentais a concretização das tarefas no âmbito do planeamento, ordenamento, operacionalização dos espaços rurais/florestais do Concelho de Peso da Régua.

Durante 2023 o trabalho desenvolvido por este gabinete, resume-se ao descrito a seguir, e agrupado nas seguintes áreas:

Planeamento

- Elaboração anual do Plano Operacional Municipal (POM) que é feito e aprovado todos os anos durante o mês de maio;
- Participação nas tarefas de planeamento e ordenamento dos espaços rurais dos municípios e nas questões de proteção civil, nomeadamente na identificação e resolução das situações neste âmbito;
- Participação em reuniões técnicas da CSRGIFR do Douro (Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais) para definição do PSA Do Douro (Plano Sub-Regional da Ação do Douro).

Operacional

- Acompanhamento dos programas de ação previstos no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), nomeadamente no que respeita às faixas de gestão de combustível junto das

A.
M.
F.P.



edificações e aglomerados populacionais, que engloba a notificação dos proprietários para execução destas faixas de gestão de combustível de acordo com a legislação em vigor e posterior fiscalização; inclui ainda o apoio junto da população sobre a legislação em vigor;

- No âmbito do MARQ (Mecanismo de Apoio à Realização de Queimadas) foi realizada uma faixa de fogo controlado no dia 28 de março de 2023 em colaboração com o ICNF e os Bombeiros Voluntários de Peso da Régua;
- Colaboração na comemoração do Dia Mundial da Proteção Civil, realizada a 30 de março de 2023. A Câmara Municipal assinalou junto dos alunos da E.B. 2,3 do Peso da Régua, a importância da mesma, através da apresentação dos recursos existentes que, sempre que necessário, são acionados para dar resposta às necessidades da população do concelho. No local estiveram representações da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, da Autoridade Marítima, da Polícia Marítima e da Guarda Nacional Republicana;
- Tratamento de toda a informação relativamente aos incêndios florestais e cartografia das áreas ardidas e validação na plataforma correspondente;
- Apoio às entidades públicas e privadas que participam na Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente GNR, Bombeiros, ICNF, entre outros;
- Acompanhamento e divulgação junto da população do Índice de Risco de Incêndio Florestal, com maior incidência no período crítico;
- Apoio no sector silvopastoril, nomeadamente na seleção e execução de áreas para a renovação de pastagem e também faixas de contenção de incêndios;
- Verificação de todos os pontos de água do concelho no que se refere à sua operacionalidade antes do início da época de incêndios florestais;
- Verificação de todas as denúncias relacionadas com a Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Administrativo

- Emissão de pareceres durante todo o ano no que se refere ao lançamento de fogo-de-artifício;
- Manutenção de um dossier atualizado com a Legislação relevante para o sector florestal e também na área de proteção civil;
- Auxílio, quer presencial quer pelo telefone a todos os municípios na utilização da plataforma para registo de queimas de sobrantes - até ao dia 26 de março do corrente ano já foram efetuados e registados 23555 pedidos de queima de sobrantes na plataforma;
- Participação em 2 cursos de formação promovidas pela CIM Douro:
 - Curso de Proteção Civil (com a duração de 150 horas);
 - Curso de Gestão de Informação Geográfica (com a duração de 100 horas);
- Atualização das bases de dados e gestão SIG ao nível da Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Elaboração e submissão da candidatura para o apoio ao funcionamento do gabinete técnico florestal; (candidatura aprovada em dezembro de 2023 no montante de 13.979€).

M.
FP



DDSE

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EQUIPAMENTOS

A.
M.
E.P.



DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E EQUIPAMENTOS

EDUCAÇÃO

O Relatório de Gestão 2023, no que concerne à área da Educação e Formação, permite a análise e reflexão das diversas propostas elencadas no Plano e Orçamento 2023. Propostas assentes em três premissas: Primeiro investir na educação de cada pessoa, de maneira que esta seja cada vez mais capaz de exprimir, afirmar e desenvolver o seu potencial humano, assim como a sua singularidade, a sua criatividade e a sua responsabilidade; Segundo, promover as condições de plena igualdade para que todos possam sentir-se respeitados e serem respeitadores, capazes de diálogo; Terceiro, conjugar todos os fatores possíveis para que se possa construir uma verdadeira sociedade do conhecimento sem exclusões.

Dadas as competências do município na área da educação, desde a ação social escolar, os apoios socioeducativos, os transportes escolares, a gestão de recursos humanos e alimentação até à conceção e implementação de medidas de desenvolvimento essenciais para melhorar a aprendizagem e o sucesso educativo das crianças e jovens reguenses – por exemplo, nas atividades de enriquecimento curricular, na dinamização de iniciativas de carácter cultural, artístico, desportivo, digital, de preservação do ambiente e de educação para a cidadania. A conceção, implementação e avaliação exige o contributo e envolvimento de todos os elementos da comunidade. Estas são condições imprescindíveis para o sucesso de um projeto, com a finalidade de promover uma formação integrada a partir de dinâmicas educativas que respondam à necessidade de valorizar a educação formal e não-formal.

Neste sentido e, conscientes do papel essencial da Educação na construção de uma sociedade coesa, inclusiva e participativa, o Município do Peso da Régua dispensou uma atenção redobrada a esta área de atuação, como tem sido apanágio nos últimos anos.

Para dar resposta às necessidades específicas dos alunos e das suas famílias, o Município disponibilizou um conjunto de medidas de Apoio Social que visaram contribuir para o alívio do orçamento familiar e para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso à educação, assumindo assim um papel impulsionador no sucesso escolar dos nossos alunos. Salientam-se as seguintes medidas:

- A gratuidade do transporte e das refeições escolares ao nível do Pré-Escolar, nas freguesias de Loureiro e Galafura, onde ainda permanece este nível de ensino, bem como a todos os alunos da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB) provenientes das freguesias rurais;
- A oferta, pelo 8.º ano consecutivo, dos cadernos de atividades das áreas disciplinares de Português, Matemática e Estudo Meio a todos os alunos inscritos no 1.º CEB, e de Inglês para os alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade, no valor de 15.171,73€;

- A comparticipação total do passe escolar para os alunos provenientes das freguesias rurais do concelho, que frequentam o 2.º e 3.º CEB e o Ensino Secundário;
- A atribuição de 77 bolsas de estudo, para comparticipação dos encargos inerentes à frequência do Ensino Superior dos jovens reguenses, considerando-se elegíveis os estudantes que reuniram os requisitos constantes no regulamento municipal, no valor de 57.750,00€;
- O acompanhamento das crianças na Educação Pré-Escolar foi assegurado antes e/ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção letiva, através das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF). As AAAF são uma resposta social às crianças e às suas famílias e consiste no desenvolvimento de atividades de caráter lúdico-pedagógicas, promovidas pela Câmara Municipal, em parceria com o Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia (AEJAC);
- As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1.º CEB, de caráter facultativo e de natureza lúdica, formativa e cultural, incidiram nos domínios desportivo, artístico, tecnológico e de aprendizagem de língua estrangeira, nomeadamente a Atividade Física e Desportiva e a Iniciação à Programação e Robótica para todos os anos de escolaridade, Artes (Plástica e Musical) para o 1.º ano, o Ensino do Inglês para o 2.º ano e a Música para os 3.º e 4.º anos de escolaridade;
- Manteve-se a aposta para o 1.º CEB na área da Programação e Robótica, promovendo a integração dos nossos alunos no mundo digital. Através de atividades direcionadas para o desenvolvimento da literacia digital, do pensamento computacional e a aquisição de competências fundamentais para o sucesso escolar e desenvolvimento pessoal, como o pensamento lógico, resolução de problemas, criatividade e produtividade. Aquisição, implementação e formação UBBU, no valor de 24.587,70€;
- As Piscinas Municipais criaram a oportunidade de os alunos contactarem e se adaptarem ao meio aquático. As sessões direccionaram-se para os alunos do 1.º CEB, inseridas na AEC de Atividade Física e Desportiva, e do 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário do AEJAC, no âmbito da componente letiva da disciplina de Educação Física, com o transporte, igualmente, assegurado pelo Município;
- A dinamização dos laboratórios de Ciências nos Centros Escolares e Jardins de Infância de Loureiro e Galafura, os quais foram alargadas à E.B 2,3 com a continuação do Clube de Ciências e às IPSS do concelho, com o objetivo de promover a equidade de aprendizagens ativas para todos os alunos;
- Desenvolveram-se atividades lúdicas junto das crianças da Educação Pré-Escolar, dinamizadas pela personagem infantojuvenil LadyTag, em articulação com as Educadoras de Infância e Professoras Titulares, tais como: Atividade lúdica “Descontração com a LadyTag – 30 minutos de relaxamento”, dirigida para as crianças da Educação Pré-Escolar, durante o horário de prolongamento das AAAF; Acompanhamento aos alunos no horário de almoço, com o propósito de sensibilizar para a importância de consumirem todos os componentes que constituem a refeição diária, incentivando, assim, à adoção de hábitos alimentares saudáveis;

A.
M.
EP



D.
M.
R.P.

- Os projetos curriculares da Educação Pré-Escolar que incidiram nas áreas da Atividade Física e Expressão Musical, proporcionaram experiências educativas e a aquisição de competências diferenciadas;
- A prática do Xadrez, que funcionou como uma ferramenta pedagógica para o sucesso escolar, junto dos alunos do 1.º CEB com aulas dinamizadas por técnicos formados do Município, culminando com a realização do segundo Torneio de Xadrez, no AUDIR, com transmissão direta no Facebook do Município, no valor de 1.137,44 €;
- Por forma a melhorar a prática do Xadrez, realizou-se uma formação de nível avançado aos técnicos do município, através da empresa "Xeque-Mate", com um custo de 172,20€;
- O Centro Desportivo Municipal continuou a promover a prática desportiva como instrumento de inclusão, destinado aos alunos do 1.º CEB, aos sábados, no período da manhã, por técnicos da área de Desporto afetos à Câmara Municipal do Peso da Régua.

A aposta na literacia alimentar através da concretização de projetos no âmbito da alimentação saudável, envolveu as seguintes atividades:

- O Projeto "A Minha Lancheira tem Superpoderes", desenvolvido junto dos alunos do 1.º ano de escolaridade, que visou melhorar a qualidade nutricional dos lanches que consomem, através da dinamização de três sessões de educação alimentar, repartidas por cada período letivo;
- As sessões de Promoção de Alimentação Saudável para os alunos do 3.º ano (PAS3), em articulação com a Equipa de Saúde Escolar da Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) do Douro, foram desenvolvidas no 2.º e 3.º período letivo, no âmbito do PASSE – Programa Alimentação Saudável em Saúde Escolar. O PASSE possibilita a promoção de comportamentos saudáveis e a criação de ambientes promotores da saúde. A elevação dos níveis de literacia em saúde e as decisões responsáveis resultam de um conjunto de estratégias integradas da saúde e da educação, nas quais se insere o PASSE;
- O Projeto "Oficina da Alimentação", destinou-se às turmas do 4.º ano de escolaridade, com o desenvolvimento de atividades práticas focadas na promoção de escolhas alimentares mais saudáveis e conscientes;
- A partilha de um E-Book aos alunos do 12.º ano de escolaridade que explorou a temática da alimentação saudável e rendimento escolar;
- A Ação de Capacitação "Capitações e Tabuleiro Padrão", desenvolvida com as Cozinheiras da E.B 2,3 e da ESJAC, no sentido de uniformizar o serviço de empratamento e adequar as porções servidas às faixas etárias correspondentes;
- A continuidade da avaliação do estado nutricional dos alunos do 1.º CEB através da recolha de dados antropométricos (massa corporal, estatura e perímetro da cintura), em parceria com a Equipa de Saúde Escolar da UCC do Douro.

A. M. F. P.



O desenvolvimento de projetos de sensibilização ambiental que promoveram os valores ambientais e da sustentabilidade junto da comunidade escolar, contribuindo para a construção de uma sociedade ecologicamente responsável e ativa na proteção e preservação do ambiente. Destacamos:

- Apresentação do livro "Nós e o Ambiente" de Ana Clara Silva, para os alunos do 7.º ano de escolaridade, numa parceria entre a Equipa da Educação da Câmara Municipal e o Clube Ciência Viva na Escola (CCVnE) do AEJAC, com um custo de 258,40€;
- As Oficinas Experimentais de Educação Ambiental, dinamizadas pela empresa Águas do Norte, em parceria com a Equipa da Educação da Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia, que consistiram na execução de atividades práticas direcionadas para a promoção do valor da água e dos desafios ambientais globais de uma forma inclusiva, para as turmas dos 4.º, 5.º e 8.º anos de escolaridade;
- A atividade prática "A Reciclagem e os 3R's", dirigida às turmas do 7.º ano de escolaridade, resultante da parceria da Equipa da Educação da Câmara Municipal do Peso da Régua, do Clube Ciência Viva na Escola (CCVnE) do AEJAC, da Divisão de Obras Públicas e Serviços Urbanos (DOPSU) e da Resinorte;
- A promoção de sessões de sensibilização de Educação Ambiental, em parceria com a Resinorte, realizadas junto dos alunos do 8.º ano de escolaridade;
- A atividade didática para o conhecimento da vespa asiática, promovida pela Proteção Civil do Município do Peso da Régua, dinamizada para os 8.º anos de escolaridade, com a colaboração do Clube Ciência Viva na Escola (CCVnE) do AEJAC;
- As sessões de Sustentabilidade Alimentar dirigidas aos 8.º e 9.º anos de escolaridade, são essenciais para garantir a saúde do planeta e das futuras gerações, promovendo sistemas alimentares que sejam ecologicamente responsáveis, socialmente justos e economicamente viáveis;
- A sessão de Educação Alimentar "Promoção da Alimentação Saudável e Sustentável no Douro", promovida pela Associação de Desenvolvimento Douro Superior, em parceria com o Douro Histórico e a Câmara Municipal, dirigida às turmas dos 1.º e 2.º anos de escolaridade, com enfoque à produção local do Douro e à promoção da alimentação mediterrânica, incentivando a comunidade para a adoção de padrões de consumo saudáveis e sustentáveis.

No âmbito da aquisição, desenvolvimento e reconhecimento de literacias académicas e cívicas, ressaltam-se algumas iniciativas, tais como:

- O trabalho de estreita ligação desenvolvido entre o Município e o AEJAC, através da Promoção e Educação para a Saúde (PES), e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), permitiu a concretização de ações teórico-práticas para os jovens do 2.º e 3.º CEB e do Ensino Secundário, com vista à consciencialização dos comportamentos de violência que podem ter lugar na escola, como a violência no namoro;

- Ação de Sensibilização intitulada “Menina-Milagre”, contra a violência no namoro, foi ministrada em fevereiro, no sentido de consciencializar e alertar os jovens do 12.º ano de escolaridade para os sinais que surgem em contexto de namoro;
- A oferta de um livro a todos os alunos da Educação Pré-Escolar e 1.º CEB, adaptado a cada nível de escolaridade, o qual serviu de mote ao Concurso de Leitura, realizado em articulação com a Biblioteca Escolar do AEJAC e os Centros Escolares da Alameda e das Alagoas. Os alunos vencedores do Concurso foram premiados com um jogo didático, correspondente a cada nível de ensino, (Livros e prémios no valor de 2.929,82€);
- A atribuição do prémio Dr. João de Araújo Correia ao aluno do 9.º ano e do 12.º ano de escolaridade com melhor desempenho na disciplina de Português, tendo em conta, igualmente, o conjunto de todas as outras disciplinas A entrega do mesmo ocorreu na Festa do Dia do Diploma, numa iniciativa de organização conjunta entre o Município e o AEJAC, no valor de 650,00€;
- A realização da IX Assembleia Municipal Jovem, que permite que os alunos envolvidos experimentem vivenciar diferentes papéis na sua vida ativa, permitindo-lhes o desenvolvimento de competências para uma melhor gestão de conflitos, resolução de problemas da vida social, capacidade de reflexão sobre o seu futuro e sobre o futuro da sua comunidade, bem como dos determinantes que contribuem para uma sociedade mais sustentável e tolerante;
- A comemoração do Dia Mundial da Criança junto dos alunos da Educação Pré-Escolar do concelho e do 1.º CEB dos Centros Escolares da Alameda e das Alagoas, com a realização de atividades variadas de animação infantil ao longo do dia. No valor de 3.198,00€;
- A visita ao Oceanário de Lisboa para os alunos finalistas do 1.º CEB, proporcionando o contato direto com a biodiversidade e o oceano, para que todos compreendessem a sua importância e a urgência de agir pela sua conservação, com um custo de 3.791,66€.

Manteve-se a estreita ligação entre o AEJAC e o Município, que mobilizou os recursos existentes para dar resposta às necessidades dos diferentes níveis de ensino, nomeadamente através da Equipa Multidisciplinar afeta à Educação da Câmara Municipal, num trabalho de cooperação com os diferentes departamentos do AEJAC, assim como com o Gabinete de Apoio ao Alunos e Famílias (GAAF), salientando:

- Ação de Informação “Cyberbullying e o perigo nas redes sociais”, dirigida a todos os alunos do 3.º CEB, Ensino Secundário e Ensino Profissional, ministrada pela oradora convidada pela Equipa Multidisciplinar afeta à Educação da Câmara Municipal, Dra. Valéria Cheque, especialista em Direito Digital e Compliance, que exerce funções de advocacia no Brasil, Portugal e Chicago;
- A partilha de conhecimentos e experiências profissionais aos alunos do 10.º ano com a concretização da 3.ª e última edição da palestra “Casos de Sucesso do AEJAC”, ministrada por testemunhos académicos e profissionais de ex-alunos do Agrupamento.

Manteve-se a parceria estabelecida com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) com valência de Educação Pré-Escolar do concelho, dando continuidade à realização de atividades laboratoriais junto das suas crianças, à promoção de ações de formação sobre o tema "Vigilância do Desenvolvimento Psicomotor e Sinais de Alerta" para os Auxiliares de Educação Infantil, bem como ao envolvimento em iniciativas do Município.

Desenvolveram-se e reforçaram-se parcerias com outras entidades, enriquecendo as atividades e projetos desenvolvidos, nomeadamente com:

- A Biblioteca Municipal do Peso da Régua em parceria com a Equipa da Educação da Câmara Municipal na comemoração de datas festivas, tais como: a Páscoa, com a dinamização de uma performance teatral, "A Coelha Stella" e a "Magia do Natal Acontece", dirigidas às crianças da Educação Pré-Escolar do concelho;
- Em colaboração com o PES (Promoção e Educação para a Saúde) e a Equipa de Saúde Escolar da UCC do Douro para o desenvolvimento de ações no âmbito da saúde, destacando-se: o Dia Mundial da Visão, para os alunos da Educação Pré-Escolar pública e privada do concelho, e o Dia Mundial do Não Fumador para os alunos dos 6.º e 9.º anos de escolaridade e turma PIEF. Assinalou-se, ainda, através do Programa + Contigo, uma ação de sensibilização para os alunos do AEJAC;
- O Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS-4G) do Peso da Régua para a realização de iniciativas promotoras do sucesso educativo;
- A Associação Comercial e Industrial dos Concelhos do Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião e Mesão Frio (ACIR) para a concretização de atividades que envolveram o comércio tradicional, nomeadamente a atividade "Natal com Arte";
- A Águas do Norte – Grupo Águas de Portugal para a promoção da sustentabilidade com a execução de atividades práticas, como uma peça de teatro designada "Torneira de Ideias", destinada aos alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade;
- O CCVnE do AEJAC para a promoção do ensino experimental das ciências, da cultura e literacias científica e tecnológica dos alunos;
- A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) do Peso da Régua no sentido de potenciar o Programa de Intervenção Precoce, em conjunto com os estabelecimentos de ensino;
- Fortaleceu-se a parceria com o Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta (CLA-UA), a Universidade Sénior do Rotary do Peso da Régua, a Associação da Região do Douro para Apoio a Deficientes (ARDAD), a Associação 2000 (A2000) e o Auditório Municipal (AUDIR);
- A APAV para uma intervenção orientada para a prevenção de comportamentos de violência nas escolas.

- A organização e promoção da 3ª edição do “Natal com Arte”, um projeto colaborativo que visou envolver a comunidade educativa na decoração natalícia dos espaços do concelho (Mercado Municipal e Biblioteca Municipal). Este projeto promoveu o embelezamento do Mercado Municipal, através de estrelas elaboradas pelas crianças das IPSS com valência de Educação Pré-escolar do concelho e pelos alunos da Educação Pré-Escolar e outros Ciclos de ensino do AEJAC. Procedeu-se ainda à construção de Árvores de Natal em madeira, as quais foram decoradas pelos alunos e Professores do 1.º CEB e expostas no espaço exterior da Biblioteca Municipal;
- A promoção do “Concurso Municipal de Ideias de Negócio”, em parceria com o Programa CLDS 4G do Peso da Régua, dirigido aos alunos do AEJAC e da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo e à população em geral, reconhecendo a importância do empreendedorismo para o crescimento da economia de base local e regional, permitiu apoiar ideias inovadoras com potencial comercial;
- Assinalou-se, durante o mês de março, o Dia da Proteção Civil, com a participação de todos os agentes que compõem a Proteção Civil, a fim de dar resposta às necessidades da população do concelho, direcionado aos alunos do 2.º e 3.º CEB da Escola E.B 2,3;
- A organização da “Feira de Apoio ao Empreendedor”, em parceria com o Programa CLDS 4G do Peso da Régua, a qual teve o propósito de promover o empreendedorismo, envolvendo os alunos e jovens do concelho e técnicos das diferentes áreas profissionais;
- Acompanhamento da turma PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação) da Escola E.B 2,3, através da Equipa Multidisciplinar afeta à Educação da Câmara Municipal, promovendo a inclusão de ações específicas e adaptadas às necessidades dos alunos, por forma a combater o abandono escolar precoce e o absentismo escolar.

A. M.
EP



ASSOCIATIVISMO

No âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo, permaneceram os apoios financeiros, assim como o apoio ao transporte e a cedência de instalações/equipamentos, prestado pela autarquia às associações que desenvolvem a sua atividade no concelho nas várias áreas, nomeadamente nas áreas da ação social, cultural, desportiva e juvenil. No ano de 2023, mantivemos uma base de dados atualizada a qual é composta por um total de 60 associações, nas suas diferentes vertentes e distribuídas por todas as freguesias do concelho.

Os valores transferidos às associações, no ano de 2023, perfazem um total de 723.052,50€, no qual se encontra incluído os apoios às IPSS e aos Bombeiros Voluntários. No que concerne aos apoios inerentes à cedência de instalações desportivas, estes traduzem-se num valor total de 144.243,00€ sendo que os custos referentes ao Estádio Municipal Artur Vasques são de 79.680,00€, ao Pavilhão Multiusos António

Saraiva totalizam 29.403,00€ e ao Campo Dr. Rui Machado um valor de 35.160,00€. Relativamente aos apoios inerentes ao transporte também foram contabilizados e os 287 pedidos de transporte satisfeitos, em 2023, traduziram-se num custo total para o Município de 122.690,00€.

De ressaltar que, desde 2014, o Município apoia as associações do concelho com a cedência de espaços, nos quais podem ter a sua sede com as condições físicas necessárias para o desenvolvimento das suas atividades, sendo que, em 2023 este apoio traduziu-se no valor de 303.200,00€, distribuídos por 33 associações. Para além dos apoios previstos no Plano Anual de Atividades das associações, a autarquia, através dos seus serviços, continua a prestar apoio técnico e individualizado.

Em suma, os apoios municipais atribuídos às coletividades totalizaram o valor de 1.437.429,00€.

TURISMO

A atividade turística em 2023, apesar de ressentida do aumento do custo de vida sentido por toda a Europa, revelou-se, uma vez mais, uma das principais atividades económicas do concelho. Em 2023 a Loja Interativa de Turismo (adiante LIT) registou cerca de 6000 atendimentos presenciais, o que revela um aumento da procura da LIT de quase 2000 pessoas relativamente ao ano anterior. Deve ser realçado o facto de o Douro ser Cidade Europeia, assim como termos sido o palco das comemorações oficiais do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, contribuiu para o reconhecimento do concelho. Prova disso é o pico de pesquisas no google pelo nome do concelho durante a primeira quinzena de junho. A denominada época alta portuguesa continua a absorver a maioria da procura no conjunto dos meses de agosto, setembro e outubro, mas não podemos deixar de verificar um aumento muito significativo da procura nos meses de abril, época de início dos cruzeiros no Douro e de excursões à Região (amendoeiras em flor, por exemplo), e maio, mês que, sendo particularmente fértil em eventos desportivos de grande participação como o Granfondo e a Meia Maratona do Douro, também teve o impacto de uma Feira do Livro reformulada e do Encontro Nacional das CPCJ. Poderá ser um sinal de que não só a Cidade é capaz de receber eventos de cariz nacional, impondo-se na Região como local privilegiado para o nicho de encontros/eventos, como da dinamização que causa em termos sociais/económicos.

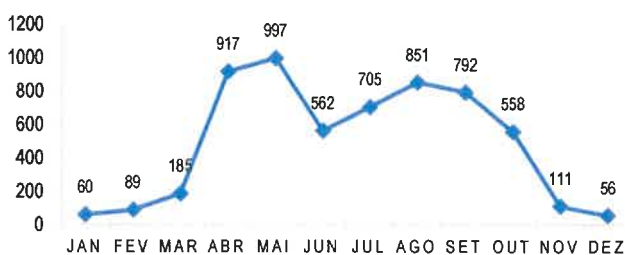


Gráfico 1 – Distribuição da procura da LIT - Nº de atendimentos por mês

Os portugueses continuam a ser quem mais procura a LIT, não existindo relação ao ano anterior alterações no que respeita às nacionalidades que mais nos procuram. Apontamos o facto de em 2023 ter havido um aumento expressivo da procura por turistas asiáticos e dos países nórdicos.

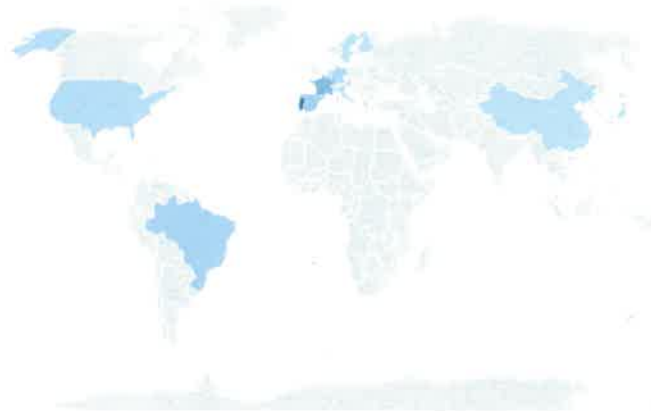


Gráfico 2 – Distribuição da procura da LIT por nacionalidades

A maior motivação dos turistas prendeu-se com a realização da Rota da N2, seguida por questões de caráter geral sobre o concelho e sobre a região no sentido de o turista aprender e conhecer mais um pouco sobre o nosso território.

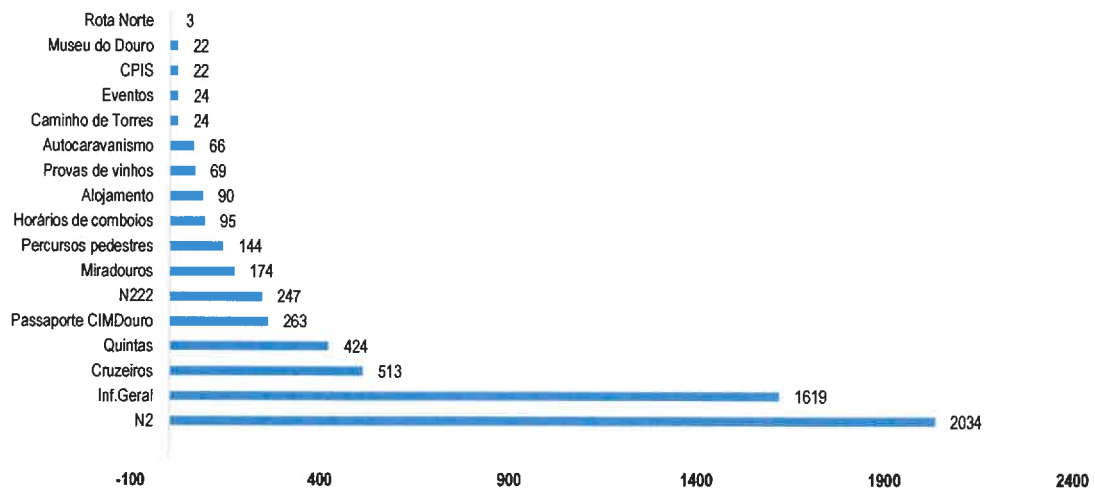


Gráfico 3 – Procura da LIT por motivação – Nº de atendimentos

No registo dos visitantes por género e por idades (Gráfico 4), verificou-se um grande equilíbrio por parte dos géneros considerados e continua a aumentar a procura da LIT por pessoas acima dos 41 anos de idade.

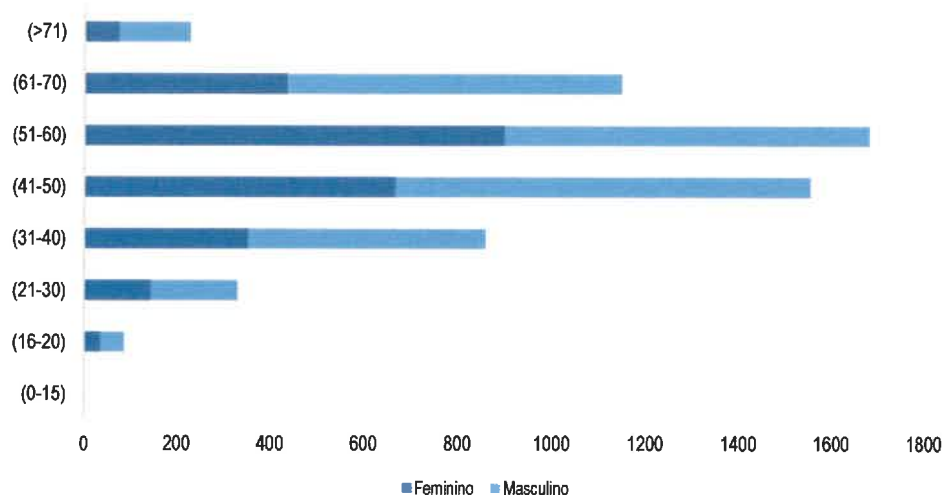


Gráfico 4 – Procura da LIT – Nº de atendimentos por género e faixa etária

Em 2023, continuamos a registar um aumento do tempo de permanência na cidade/concelho dos turistas que se dirigiram à LIT (gráfico 5), o que infere na importância de criar dinâmicas concelhias e regionais que contribuam para esta fixação durante o maior tempo possível no território.

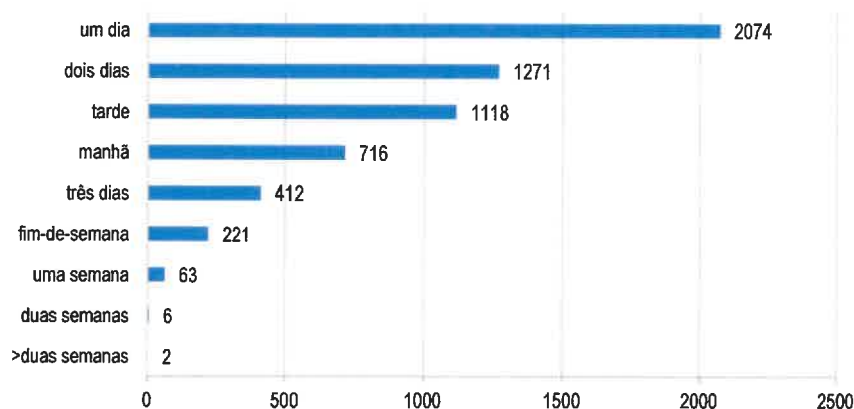
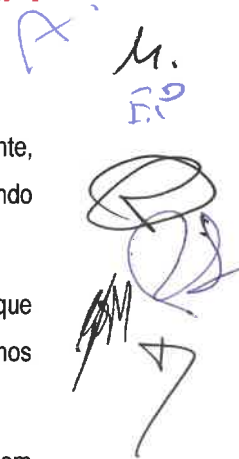


Gráfico 5 – Procura da LIT – Tempo de permanência na cidade/concelho

Para além da participação em feiras turísticas integradas em balcão da CIM Douro, da N2 e da Federação dos Caminhos Portugueses de Santiago, participamos em balcão próprio na Expocidades, Ferrol (Espanha), na Feira Nacional de Agricultura Santarém, no Festival Nacional de Gastronomia, Santarém e no 24.º Salão Internacional de Turismo Gastronómico “Xantar 2023”, Ourense (Espanha).



AUDITÓRIO MUNICIPAL DO PESO DA RÉGUA

O Auditório Municipal do Peso da Régua é o palco principal da cultura em Peso da Régua. Semanalmente, é proporcionado um programa diversificado, com propostas que vão desde a música ao teatro, passando pelo cinema, conferências e atividades ao ar livre.

O Auditório Municipal do Peso da Régua, a consolidação dos resultados obtidos, particularmente no que diz respeito à formação de públicos e à definição de um programa cultural de qualidade, permite-nos promover o AUDIR como um equipamento de cultural de referência na região.

No período compreendido entre janeiro e dezembro de 2023 promovemos 90 sessões de cinema, com 4140 espetadores, cerca do dobro dos espetadores registados no ano transato.

No que respeita a programação de palco, continuamos a sentir muitas dificuldades na formação de público, continuando a ser evidente na população reguense uma grande apatia cultural. De março a dezembro, realizamos 29 espetáculos de palco, aos quais corresponderam 3468 espetadores.

O grande auditório recebeu cerimónias emblemáticas como a Gala comemorativa do Dia Internacional da Mulher e a cerimónia de condecoração municipal, que juntas registaram cerca de 500 pessoas. A estas iniciativas juntamos três congressos de âmbito nacional, com uma participação na ordem das 1500 pessoas. O auditório exterior foi palco da cerimónia da Gala de Desporto do Peso da Régua, a qual juntou cerca de 1000 espetadores.

Mantivemos a polivalência do pequeno e do grande auditório, a qual permitiu a realização de iniciativas em parceria com o Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia, Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo e CLDS 4G, cujo público-alvo se cifra em cerca de 1500 pessoas.

Orgulhamo-nos de ter sido palco de alguns dos momentos oficiais das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em Peso da Régua.

A terceira edição da Douro Wine City trouxe ao Auditório Municipal do Peso da Régua cerca de 10 mil pessoas, que participaram no certame.

A Galeria de Artes é um espaço privilegiado, reconhecido nacionalmente pelas condições que oferece para a organização de exposições em diversas áreas. Grandes nomes da arte em Portugal e no Mundo já expuseram neste espaço, o qual está igualmente referenciado no âmbito das Bienais mais importantes.

Esta capacidade de organização tem alavancando o incremento de uma política cultural, num contexto de internacionalização da Galeria de Artes. Em 2023, estiveram patentes oito exposições na Galeria de Artes do AUDIR, tendo as mesmas sido visitadas por cerca de 2000 pessoas. Este trabalho foi complementado com a realização de 8 workshops temáticos, que no total registaram a participação de cerca de 430 pessoas. Para o futuro, continuaremos empenhados em garantir uma programação diversificada e transversal.

A. M.
F.P.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DO PESO DA RÉGUA

Como parte integrante da estrutura cultural e educativa do nosso concelho, a Biblioteca Municipal tem procurado adaptar-se às necessidades em constante evolução da população, proporcionando um ambiente acolhedor e acessível para a promoção da leitura, aprendizagem e inclusão social.

Neste contexto, apresentamos uma análise abrangente dos eventos e iniciativas realizadas no decorrer de 2023, além de discutir os números e estatísticas que evidenciam o impacto positivo da Biblioteca na vida dos munícipes.

A Biblioteca Municipal no ano de 2023 registou 4162 entradas para utilização dos serviços gerais. Apresenta-se em seguida uma análise detalhada dos padrões de utilização e das características e preferências dos utilizadores ao longo do último ano.

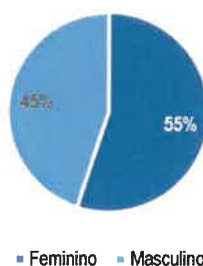


Gráfico 6 - Distribuição de Utilizadores por Género

O Gráfico 6 ilustra a representação demográfica dos utilizadores da Biblioteca Municipal com base no género. Observa-se uma distribuição equitativa, com 45% dos utilizadores identificando-se como do sexo masculino e 55% do sexo feminino. Essa divisão equilibrada reflete um envolvimento significativo de ambos os géneros na utilização dos serviços da Biblioteca, evidenciando o seu papel inclusivo.

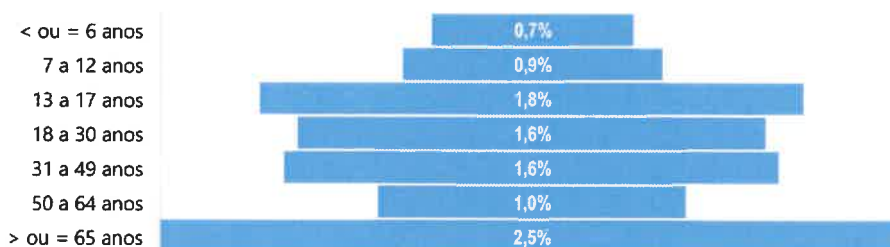


Gráfico 7 - Distribuição de Utilizadores por Idade

O Gráfico 7 apresenta uma visão detalhada da distribuição dos utilizadores da Biblioteca Municipal conforme a faixa etária. Verifica-se que a maior percentagem de utilizadores se encontra na faixa etária de 65 anos ou mais, representando 24,6% do total. Isso sugere um interesse significativo na Biblioteca por parte da população sénior, indicando o papel crucial do equipamento na oferta de atividades e serviços

A. M. E. J.



relevantes para diferentes faixas etárias.



Gráfico 8 - Proveniência dos Utilizadores

O Gráfico 8 fornece informações sobre a proveniência dos utilizadores da Biblioteca Municipal. A análise destes números indica que a grande maioria dos utilizadores, ou seja, 93%, reside dentro do concelho do Peso da Régua. Por outro lado, 7% dos utilizadores provem de fora do concelho. Esta distribuição destaca a importância da Biblioteca como um recurso cultural e educativo local ao mesmo tempo que evidencia a capacidade do equipamento em atrair utilizadores de áreas circundantes. De referir que, dentro dos habitantes do concelho, a esmagadora maioria, representando 97%, dos utilizadores da Biblioteca Municipal reside em freguesias urbanas dentro do concelho, o que é consistente com a localização da Biblioteca numa freguesia urbana, sendo apenas 3% dos utilizadores provenientes de freguesias rurais.

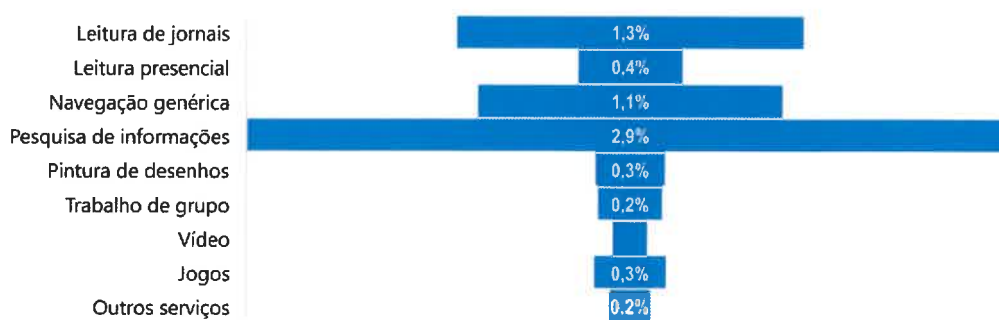


Gráfico 9 - Utilização dos Serviços

O Gráfico 9 identifica os serviços utilizados pelos utilizadores da Biblioteca Municipal, revelando os dados uma distribuição diversificada no uso dos serviços oferecidos. A maior proporção de utilização está na categoria de pesquisa de informações, representando 28,8% do total, seguida pela leitura de jornais, com 13%. A navegação genérica também é uma atividade popular, com 11,4% dos utilizadores a fazê-lo. Outros

serviços, como pintura de desenhos, trabalho de grupo, vídeo, jogos e outros, têm percentagens menores, mas ainda contribuem para a diversidade das atividades realizadas na Biblioteca.

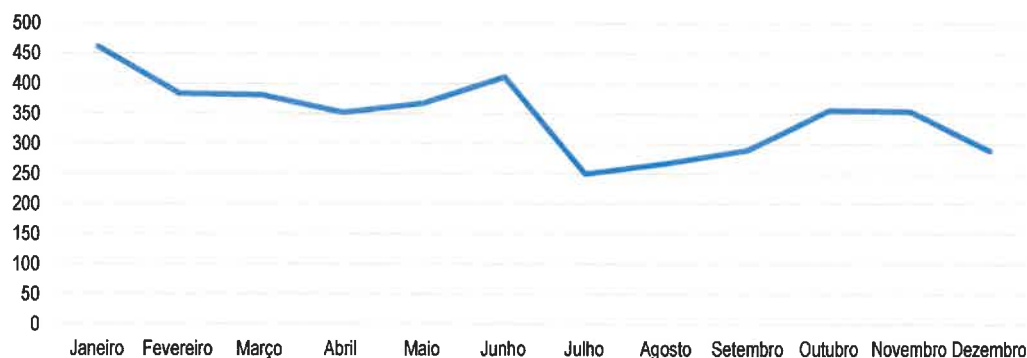


Gráfico 10 - Número de Utilizadores por Mês

O Gráfico 10 apresenta o número de utilizadores registados na Biblioteca Municipal em cada mês, revelando a análise dos dados flutuações no número de utilizadores ao longo do ano. Nota-se um pico de utilizadores no mês de janeiro, seguido de outros meses com números elevados, como junho, que coincide com a época de exames. Por outro lado, observa-se uma diminuição do número de utilizadores nos meses de verão, especialmente em julho e agosto.

A Biblioteca Municipal contava, à data de 31 de dezembro de 2023, com 2683 utilizadores inscritos, tendo sido registados durante o ano 82 novos utilizadores, o dobro relativamente ao que se havia registado no ano anterior.

Relativamente às obras em catálogo, a Biblioteca Municipal possui uma coleção de 25 920 registos, sendo que no ano em questão adquiriu 997 publicações. Este fundo está, na sua maioria, em livre acesso ao público e disponível para empréstimo domiciliário. Existe, contudo, uma parte do acervo que, pelas suas características, apenas pode ser consultado localmente.

No ano de 2023 registaram-se 1498 empréstimos de volumes/unidades físicas, verificando-se um aumento em relação ao ano anterior.

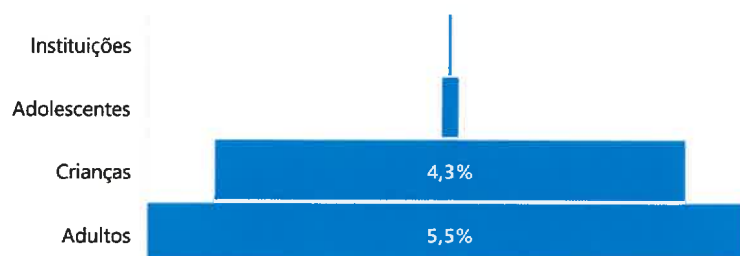


Gráfico 11 - Empréstimos por Categoria de Leitor

O Gráfico 11 representa o número de empréstimos realizados por categoria de leitor, evidenciando que a

maioria desses empréstimos é efetuada por leitores adultos, correspondendo a 55,3% do total. Em seguida, observa-se que os empréstimos a crianças constituem uma parte substancial, totalizando 42,9%. As percentagens referentes a adolescentes e instituições são significativamente menores, com 1,5% e 0,3%, respetivamente. Esses dados refletem padrões claros nos empréstimos, indicando uma forte participação por parte de adultos e crianças na utilização deste serviço.

Para fomentar o empréstimo domiciliário tanto para o público adulto como para o público infantil e juvenil, e sempre mediante a requisição de livros, foram realizadas as seguintes ações:

- Comemoração do início do ano civil, através da oferta de um marcador de livros com calendário;
- Celebração do Dia dos Namorados, através da oferta de um marcador de livros;
- Celebração do Dia Internacional da Mulher, através da oferta de uma caixa alusiva ao dia;
- Celebração do Dia Mundial do Livro e do Direito de Autor, com a iniciativa “Leve um Livro, Receba uma Rosa”;
- Comemoração do Dia da Criança, através da oferta de um marcador de livros e um lápis;
- Celebração do Halloween, com a iniciativa “DOÇURA E LEITURA”, através da oferta de uma caixa de doces;
- Celebração da época natalícia, com a iniciativa “Leve um Livro, receba um postal”, através da oferta de um postal elaborado pelos utentes das IPSS.

Para além dos serviços gerais, ao longo do último ano a Biblioteca Municipal apresentou uma programação que refletiu a vontade de oferecer uma ampla variedade de oportunidades de participação a todos os munícipes, tendo desenvolvido as seguintes atividades:

- Cinco apresentações de livros;
- Seis sessões de “Diálogos Cruzados”;
- Nove reuniões do Clube de Leitura “Café com Livros”;
- Três sessões de “Conversas a fio(s)”;
- Três exposições;
- Dois encontros poéticos;
- Duas ações de informação;
- Duas visitas guiadas;
- Três sessões da Hora do Conto;
- Três ações para os alunos do Ensino Pré-escolar;
- Seis oficinas temáticas infantis;
- Celebração do 17.º aniversário da Biblioteca Municipal.

Essas atividades tinham como objetivos principais promover a leitura e a cultura em geral, estimular a imaginação, criar momentos de partilha e aprendizagem, intensificar a discussão e a troca de ideias, fomentando um ambiente propício ao diálogo e ao enriquecimento mútuo. Registou-se a participação de

um total de 1710 pessoas nestas iniciativas.

Falando especificamente do evento de maior relevância no calendário anual da Biblioteca Municipal, a XXIV Feira do Livro do Douro contou com as seguintes atividades:

- Sete apresentações de livros;
- Nove sessões da Hora do Conto;
- Duas oficinas infantis;
- Nove visitas guiadas às IPSS concelhias que prestam serviços de apoio a deficientes e idosos;
- Dois espetáculos infantis;
- Sete espetáculos musicais;
- Animação infantil aos fins de semana.

A. M.
E.P.



Nas atividades em que foi possível contabilizar os participantes, registou-se um total de 1710 pessoas. Estima-se que, além destas, aproximadamente 1500 pessoas tenham visitado a XXIV Feira do Livro do Douro.

Sempre com o objetivo de enriquecer a vida cultural e educacional dos seus munícipes, a Biblioteca Municipal não se limitou às atividades no seu espaço físico e em 2023 estendeu a sua ação para além das suas paredes, tendo dinamizado as seguintes atividades:

- Hora do Conto Sénior, realizada nas instalações das IPSS do concelho que oferecem os serviços de Centro de Dia/Convívio e Estrutura Residencial para Idosos;
- Fase Municipal da 16ª edição do Concurso Nacional de Leitura, em parceria com a Rede de Bibliotecas Escolares, tendo participado também na fase escolar do evento;
- Apresentação do livro "Nós e o Ambiente", de Ana Clara Silva, na Escola Secundária João de Araújo Correia, em parceria com o Clube Ciência Viva do Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia.

GABINETE DE AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E ESPAÇO SOLIDÁRIO

No âmbito da Ação Social e Habitação, o Município do Peso da Régua tem implementado um conjunto de políticas sociais, desenvolvendo um trabalho de proximidade e de diagnóstico cada vez mais profundo com o objetivo de minimizar as situações de risco, pobreza e desigualdade social, junto das franjas mais vulneráveis da comunidade. De igual modo, através do setor de ação social e habitação, em concertação com as demais entidades com responsabilidade na área da solidariedade social, procura desenvolver ações de prevenção para os grupos mais vulneráveis e de igual modo para capacitação dos técnicos, partindo da premissa da importância de trabalhar com todos os "nós desta rede".

No âmbito da transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da Ação Social operada pelo Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, foi criado o Serviço de

P. u.
F. u.


Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) do Peso da Régua. Nesse domínio, o município passou a assumir funções no âmbito da ação social, nomeadamente, na possibilidade de atribuição e apoios económicos a públicos devidamente carenciados e com critério de fragilidade económica. Desde abril de 2023 o denominado SAAS efetuou atendimentos, encaminhamentos e pedidos de ingresso em resposta social adequada à problemática identificada bem como adotou como instrumento de trabalho a base de dados afeta ao ISS – WEBSISS - Violência doméstica.

Durante o ano de 2023 a Câmara Municipal do Peso da Régua celebrou, também, protocolos procurando dar resposta às problemáticas identificadas no Diagnóstico Social de intervenção prioritária:

- Protocolo de Constituição da Rede Especializada para a Intervenção na Violência Doméstica e em Contexto Familiar – RIVD – da Comarca/Distrito de Vila Real, com cerca de 35 entidades do distrito de Vila Real.

Esta iniciativa visa a melhoria de resposta de prevenção, proteção e combate à Violência contra as mulheres e à Violência Doméstica na Comarca/Distrito de Vila Real, no âmbito da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018/2030 – Portugal +Igual e respetivo Plano de Ação para a Igualdade entre homens e mulheres 2018/2024 e o Plano de Ação para o Combate à Discriminação em Razão de Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais 2018/2021, tendo como objetivo criar e otimizar uma rede de parceria que permita garantir uma maior capacitação das entidades que atuam na área da Comarca/Distrito de Vila Real, garantindo respostas mais eficazes e eficientes nestas matérias;

- Protocolo de parceria para a Implementação e Acompanhamento do Núcleo de Garantia para a Infância de Peso da Régua, no âmbito dos objetivos preconizados pelo Plano Nacional da Garantia para a Infância 2022/2030, foi lançado o repto aos Conselhos Locais de Ação Social de criarem os Núcleos Locais da Garantia para a Infância (NLGPI), especificamente dirigidos às crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, e suas famílias, com o objetivo de promover a otimização dos recursos existentes, através do impulso de sinergias que permita a cooperação e aplicação conexa de políticas nacionais e locais.

Atendendo à pertinência da problemática em questão e considerando o Diagnóstico Social do Concelho do Peso da Régua 2020/2024, que define os Grupos Vulneráveis como o primeiro Eixo de Intervenção Prioritária, priorizando as crianças e jovens em risco, o Município do Peso da Régua assinou no dia 13 de dezembro de 2023 o protocolo de parceria para a Implementação e Acompanhamento do Núcleo de Garantia para a Infância de Peso da Régua.

A intervenção da ação social do Município é também efetivada através do Gabinete de Ação Social e Habitação de forma presencial e não presencial, por atendimentos telefónicos, visitas, encaminhamentos, em articulação institucional, que se traduzem entre janeiro a dezembro de 2023 nos seguintes números: 800 atendimentos; 600 visitas domiciliárias; 66 reuniões de trabalho/parceria e cerca de 80

encaminhamentos para instituições parceiras.

O número médio de atendimentos, por mês, foi de 67, sendo realizado de forma presencial ou telefonicamente. Em relação às visitas domiciliárias efetuadas, estão contempladas as visitas no âmbito da atividade dos Cabazes de Natal num total de 500 inscrições. À exceção do contabilizado no decorrer da entrega de cabazes de Natal foram realizadas cerca de 40 visitas/mês. No seguimento, realizaram-se em média cerca de 12 reuniões/mês com os parceiros.

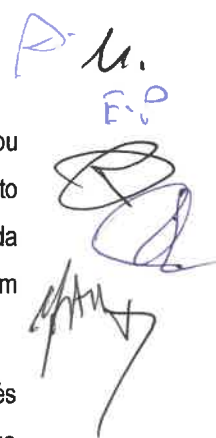
Em relação ao funcionamento do Espaço S, a Câmara Municipal assegura a sua abertura ao público através de trabalho voluntário e da contratação de 1 elemento desempregado, inserido em Contrato Emprego Inserção +, em articulação com o IEFP.

De janeiro a dezembro de 2023, realizaram-se 570 entregas de cabazes alimentares, sendo que cerca de 20 cabazes foram distribuídos mensalmente a famílias carenciadas. Ainda ao longo de 2023, o Espaço Solidário apoiou uma média de 50 famílias/mês, na procura de bens, nomeadamente, vestuário e calçado e cerca de 45 famílias foram apoiadas com mobiliário.

No seguimento da política municipal de apoio e incentivo aos estudantes do Concelho ao Ensino Superior e considerando a vulnerabilidade económica das famílias, no ano letivo 2022/2023 foram atribuídas 77 bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior, no valor de 750 euros a cada aluno, perfazendo um total de 57 mil e 750 euros.

No âmbito da intervenção comunitária, e ao longo do ano de 2023, foram realizadas as seguintes atividades:

- Participação em reuniões quinzenais e colaboração com o Núcleo Local de Inserção, protocolo entre a SCM e o ISS na sinalização, agilização e acompanhamento dos utentes com processos de RSI;
- Realização de trabalho em parceria com o Gabinete de Inserção Profissional na sinalização e encaminhamento de casos;
- Dinamização do CLAS da Rede Social, no âmbito do trabalho promovido pela Rede Social, tendo sido realizadas 11 reuniões, de periodicidade mensal, com o Núcleo Executivo local (composto por 7 entidades parceiras) e 4 reuniões plenárias com os elementos do Conselho Local de Ação Social (45 entidades parceiras), com o objetivo de colocar em prática estratégias de desenvolvimento social do concelho;
- Elaboração, apreciação, discussão e votação dos pareceres emitidos pelo Núcleo Executivo no âmbito da candidatura ao Programa Escolhas 9ª Geração (E9G);
- Foram ainda realizadas ações de informação/sensibilização com as entidades parceiras do CLAS, cujos temas se prendem com as áreas de intervenção prioritária para o concelho:
 - ✓ Seminário "Primeiros Anos, A nossa Prioridade";
 - ✓ Assinalar o mês da Prevenção dos maus-tratos na infância – Campanha Laço Azul;
 - ✓ Semana da Interculturalidade: Ação de Formação – Acolhimento de Imigrantes;
 - ✓ Comemoração do Dia do Abraço (Visita às IPSS do concelho);

A. M.
E. P.


Am.
EP



- ✓ Realização do Encontro Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ realizado no concelho do Peso da Régua, Proteger Mais e Melhor. Conforme o disposto no n.º 5 do art.º 32.º da Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com a redação pelas alterações subsequentes ou na sua atual redação, a avaliação da atividade anual das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens compreende a elaboração de um relatório e a realização de um Encontro Anual de Avaliação, o qual constitui um importante momento de reflexão e formação. Em 2023, por convite da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, Peso da Régua foi o concelho escolhido para a realização deste Encontro, que decorreu de 24 a 26 de maio, no espaço exterior do Auditório Municipal. Durante três dias, cerca de 600 pessoas, em representação das CPCJ de Portugal Continental e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira partilharam experiências e conhecimentos, garantindo, dessa forma, uma resposta futura mais eficaz. O Encontro contou ainda com a participação de palestrantes de excelência e da presença da senhora Presidente da CNPDPCJ, Rosário Farmhouse, da senhora Procuradora-Geral da República, Lúcia Gago e da senhora Ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro.
- ✓ Realização do concurso de desenho, em parceria com a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, no âmbito do Encontro Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ em estreita colaboração com o Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia;
- ✓ Seminário “Parentalidade Positiva na promoção dos direitos da criança”, Comemoração do 34.º Aniversário da Convenção dos Direitos da Criança;
- ✓ Assinalar o dia da Erradicação da Pobreza – “Laboratórios de participação na luta contra a pobreza”;
- ✓ World Café: Integrar e Incluir: Oportunidades de emprego para as pessoas com deficiência.
- Realização de visitas às IPSS para auscultação dos parceiros e levantamento das necessidades;
- Promoção de parcerias e do trabalho em rede, nomeadamente na identificação de situações de vulnerabilidade social e económica e, encaminhamento para apoios/respostas sociais promovidos pela Segurança Social;
- Continuação da dinamização e consolidação da atividade desenvolvida no âmbito da Comissão Municipal de Apoio ao Idoso, tendo ao longo de 2023 efetuado 150 visitas (com reincidência), numa média mensal de 12 visitas. Resulta, ainda, do trabalho desta comissão a construção de relação de proximidade com o ministério público, no sentido de criação de fio condutor de situações limite e que, devem ser devidamente encaminhadas para esta entidade, por inexistência de resposta ou por impedimento do próprio idoso(a). Para o efeito, foram efetuadas reuniões junto desta entidade e, até à data, encaminhadas 3 situações para Tribunal.

CAMPANHA DE APOIO À ESTERILIZAÇÃO DE CÃES E GATOS DE COMPANHIA E CAMPANHA DE APOIO À IDENTIFICAÇÃO ELETRÓNICA E REGISTO DE ANIMAIS DE COMPANHIA

A Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, estabeleceu, no n.º 3 do artigo 2.º, como tarefa dos organismos da administração central do Estado, em colaboração com as autarquias locais, o movimento associativo e as organizações não-governamentais, a promoção de campanhas de esterilização de animais errantes, como forma privilegiada de controlo da sua população, com o objetivo de assegurar a eliminação do recurso ao abate para o efeito.

Previu, em Orçamento do Estado, o XXII Governo Constitucional a promoção de uma campanha nacional de esterilizações de cães e gatos, em cooperação com as associações zoófilas legalmente constituídas, as autarquias locais ou com as entidades gestoras de CRO intermunicipais e os organismos da administração direta do Estado envolvidos nesta área, conforme previsto no n.º 2 do artigo 8.º da Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, estabelecendo um apoio para a realização de intervenções de esterilizações de cães e gatos de companhia no valor de €3.000.000.

À semelhança dos anos anteriores, o apoio do Município revestiu a forma de apoio financeiro, sendo que, tal como o ICNF I.P., o Município estabeleceu quantias fixas ao tipo de animal.

No ano de 2023 e ao abrigo da campanha de esterilização, foram esterilizados 312 animais o que se traduz no valor total de 31.606,40€. Sendo a verba máxima atribuída de 30.000,00€, de acordo com o previsto no n.º 5, do ponto IV do AVISO 3/2023 ICNF-DBEAC, poderia a mesma ser reduzida por rateio, quando o montante total das candidaturas fosse superior ao montante disponível para cada período da citada campanha, o que se verificou. Assim, o ICNF atribuiu ao município um apoio de 9.500,00€, tendo o município suportado junto das clínicas veterinárias o restante valor, ou seja, 22.106,40€.

Em relação à Campanha de apoio à identificação eletrónica e registo de animais de companhia, foram devidamente identificados e registados 230 animais o que corresponde ao valor total de 3.647,12€, tendo o apoio do ICNF sido de 700,00€, sendo que o município assegurou o remanescente, ou seja, 2.947,12€.

GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

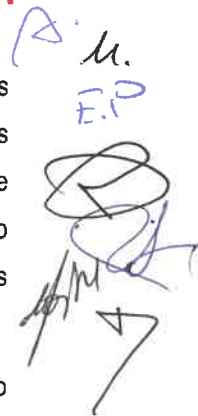
O Gabinete de Inserção Profissional (GIP) da Câmara Municipal do Peso da Régua, é uma estrutura local, cujas funções tiveram início no ano de 2009, com o principal propósito de prestar apoio a todos os jovens e adultos desempregados do concelho, na definição e desenvolvimento do seu percurso profissional, contando sempre com a parceria fundamental do Serviço de Emprego de Vila Real.

Localizado na estrutura central da Câmara Municipal do Peso da Régua, o GIP encontra-se em funcionamento diariamente e disponível para receber todos os munícipes do concelho, de uma forma individualizada. São diversas as áreas de atividade do GIP, tais como: captação e divulgação de ofertas de

A. M.
E-P



A. M.
E.P.



emprego; encaminhamento de utentes para grupos de formação profissional, direcionada a jovens e adultos desempregados; apoio na procura ativa de emprego; acompanhamento personalizado dos desempregados em fase de inserção ou reinserção profissional; colocação de desempregados nas ofertas disponíveis e mais adequadas a cada perfil; encaminhamento para ofertas de qualificação; controlo de apresentação periódica dos beneficiários das prestações de desemprego, entre outras atividades consideradas necessárias aos desempregados inscritos nos Centros de Emprego.

Mantendo a parceria existente, com as inúmeras entidades empregadoras locais, o GIP tem conseguido fazer face às taxas de desemprego locais, pelo encaminhamento e inserção profissional de desempregados, promovendo desta forma, mais e melhores condições de trabalho e de vida, para os seus municípios.

No ano de 2023, a Técnica Animadora do GIP realizou 297 novas inscrições.

De janeiro a dezembro de 2023, o GIP desenvolveu 21 Sessões Coletivas Informativas de Medidas Apoio ao Emprego, 403 Sessões Individualizadas Informativas de Medidas Apoio ao Emprego, 216 Sessões Individuais de Informação relativas aos Direitos e Deveres dos Desempregados Subsidiados, 319 Ações Individualizadas de Apoio à Procura de Emprego e Desenvolvimento da Atitude Empreendedora, 39 Sessões de Encaminhamento para Ofertas de Emprego e por fim, 17 Sessões de Encaminhamento de Utes para Formação Profissional, tendo trabalhado um total de 2126 utentes.

No que concerne ao atendimento ao público, são atendidos de forma diária, uma média de 12 utentes, onde a Técnica Animadora do GIP presta apoio aos mesmos na submissão de novos processos de desemprego, procura ativa de emprego, elaboração dos respetivos currículos vitae e cartas de apresentação, encaminhamentos para grupos de formação profissional e informação sobre as diversas medidas de apoio promovidas pelo IEFP, I.P, perfazendo uma média de 230 a 240 atendimentos/mês.

Foram captadas e registadas, em 2023, 11 novas ofertas de emprego e cerca de 6 utentes desempregados ficaram colocados nas mesmas. Foram encaminhados para entrevistas presenciais, através de sites de procura ativa de emprego e jornais locais, cerca de 923 utentes.

É, igualmente, da competência do GIP, disponibilizar apoio às entidades empregadoras locais, na submissão de candidaturas às diversas Medidas Ativas de Emprego e Medidas de Apoio à Contratação, tendo sido estabelecidas parcerias com 34 Entidades Privadas e Públicas, pertencentes ao concelho do Peso da Régua e submetidas 31 candidaturas e colocados 42 municípios reguenses. Após o arranque destas candidaturas, todas as Entidades foram igualmente apoiadas no que respeita à gestão dos processos das mesmas, nomeadamente no preenchimento de mapas de assiduidade, listagens de despesas pagas, elaboração de contratos, pedidos de reembolso, pedidos de encerramento de projetos, entre outras questões, em articulação com os Técnicos do Serviço de Emprego de Vila Real.

Abordando ainda a temática relativa à formação profissional, o gabinete conseguiu proporcionar o

encaminhamento de 258 munícipes para ofertas formativas disponibilizadas pelo Instituto de Formação Profissional de Vila Real, no âmbito de Cursos de Formação Modular, Cursos de Aprendizagem e Cursos EFA nas áreas de Mecânica, Serviço de Andares, Cabeleireiro e Estética, Literacia Digital, Assistente Familiar e Apoio à Comunidade, Ação Educativa, Inglês, Saúde, Informática, Multimédia e Contabilidade. Uma outra resposta do Gabinete passa pela disponibilização de informação aos munícipes sobre a existência de outras possibilidades a nível formativo, ou pelo encaminhamento formal ou informal, para outras Entidades locais, tais como a ARDAD, Associação de Desenvolvimento da Régua (ADR), A2000, Escola Profissional de Desenvolvimento Rural da Régua, e ainda para outras entidades formativas privadas a nível regional.

Em concertação com o ano 2022, o GIP solidificou de forma mais afincada, as suas parcerias com o Gabinete de Ação Social do Município, o Instituto da Segurança Social de Peso da Régua e projeto CLDS 4G, tendo sempre como objetivo principal, a célere e individualizada resposta, a toda e qualquer necessidade sentida ao nível do emprego pelos seus munícipes, orientando-os e encaminhando-os, sempre para a oportunidade mais viável, existente em cada momento.

A subida da inflação e o despoletar da atual crise económica mundial, tem levado a que também no concelho a taxa de desemprego se tenha acentuado. Desta forma, torna-se cada vez mais necessário, uma estrutura local que seja capaz de orientar todos os munícipes que enfrentam pela primeira vez uma situação de desemprego, ou todos aqueles que não sendo a primeira situação, necessitam de apoio para rapidamente regressarem à vida ativa. Assim sendo, o GIP em conjunto todos os parceiros locais anteriormente referenciados, tenta o mais rapidamente possível, responder da forma mais individualizada a todas as necessidades sentidas pelos munícipes do concelho.

EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

O desporto tem vindo a assumir um papel de capital importância, quer no plano social, quer no plano pedagógico, traduzindo-se num dos principais meios de educação e formação na população em geral.

A promoção do Desporto e da Atividade Física foi, desde sempre, um dos objetivos nucleares do Município do Peso da Régua. Neste contexto, e de forma a fazer cumprir os princípios de mobilizar a população, integrando a atividade física na rotina diária; aumentar o conhecimento público de que a prática da atividade física regular é um complemento de saúde, e ainda, realçar que a atividade física regular pode ser o instrumento mais barato de saúde pública, os equipamentos desportivos oferecem condições e ofertas variadas, por forma a dar uma resposta positiva às aspirações, motivações e necessidades, quer do público em geral, quer de todas as associações desportivas do concelho, contribuindo assim, para uma melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A. M.
E. P.

Apoiados num conjunto de valores, como: a comunicação; a responsabilidade; a confiança; a competência; a transparência, temos por objetivos:

- Melhorar e rentabilizar os equipamentos desportivos;
- Procurar que a conservação dos equipamentos desportivos seja uma constante;
- Melhorar a resposta das IPSS através da modalidade desportiva – Boccia para os seus utentes;
- Aumentar a participação desportiva junto de todos os segmentos populacionais;
- Promover atividade física e desportiva para todos os cidadãos.



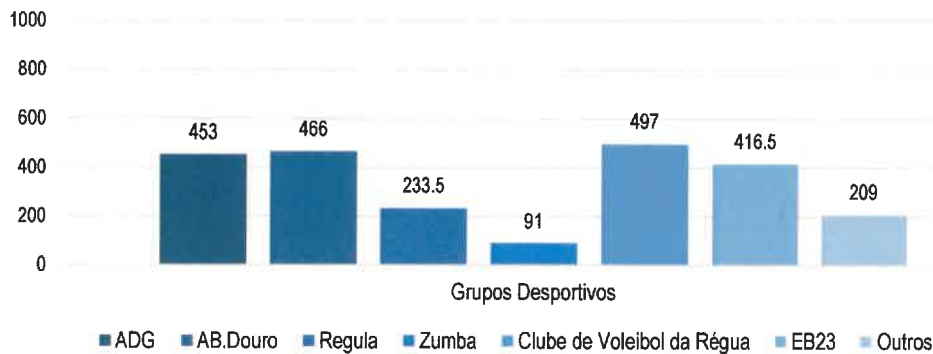
Passamos a elencar as atividades e Eventos Desportivos que decorreram nos Equipamentos Desportivos afetos ao Município do Peso da Régua:

Atividades/Eventos Desportivos | Pavilhão Municipal:

- Realização da Concentração de Andebol | Traquinas;
- Realização da Concentração de Futsal | Traquinas;
- Festande de Andebol | Infantis Masculinos e Femininos;
- Foram ministradas as aulas de Educação Física dos alunos que frequentam o estabelecimento de ensino EB 2/3;
- Realização do Campeonato e outras atividades afetas ao Desporto Escolar;
- Realização de atividades desportivas pela Associação da Região do Douro de Apoio a Deficientes (ARDAD);
- Festa de encerramento do ano letivo pelo Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia;
- Torneio de Futsal/Seniores;
- Atividades afetas às Férias 100%;
- Jogos dos quadros competitivos das diversas modalidades e escalões (Futsal, Andebol e Voleibol);
- Futsal – Jogo de Sub13 (AFVR X AFV);
- Atividade relacionada com o Boccia/Sénior;
- Realização do Torneio de Voleibol (Clube Voleibol da Régua);
- Realização do Torneio de Futsal (Amigos Abeira Douro);
- Ocupação do pavilhão com os militares mobilizados para a comemoração do 10 de junho;
- Realização das Ceias de Natal para os seniores do concelho.

O Pavilhão Multiusos António Saraiva continua a registar uma ocupação diária intensa, das 9:00 às 00:30. Ocupação, fins-de-semana e feriados, para realização de jogos de todos escalões e modalidades.

Gráfico 12 – Ocupação do Pavilhão Multiusos António Saraiva



Atividades/Eventos Desportivos – Estádio Municipal

- Treinos e jogos de todos os Escalões de Futebol11 e Futebol7, desde as Escolinhas aos Veteranos;
- Férias 100%;
- Finais Distritais de Futebol11, Escalões de Juvenis e Juniores;
- Jogos recreativos de diversos grupos.

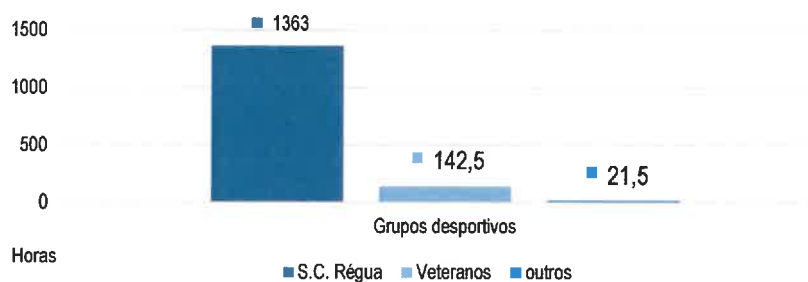


Gráfico 13 – Ocupação do Estádio Municipal

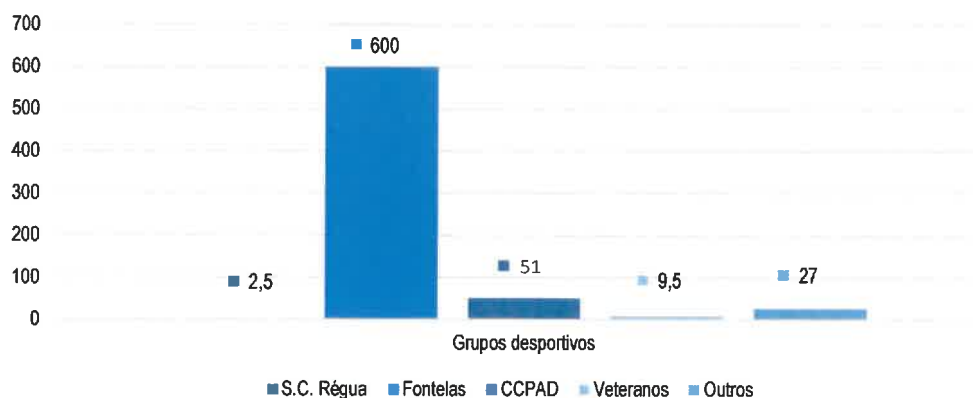
A. M.
F.P.

Gráfico 14 – Ocupação do Campo Dr. Rui Machado

Instalações	Nº Total De Utilizadores	Nº Total De Horas
Pavilhão Multiusos António Saraiva	28.992	2.366h
Estádio Municipal Artur Vasques	21.236	1.527h
Campo Dr. Rui Machado	-	690h
Total	50.228	4.583h

PISCINAS MUNICIPAIS

O ano de 2023 fica marcado não só por um crescimento efetivo de utilizadores, bem como, por uma série de eventos e iniciativas significativas nas Piscinas Municipais do Peso da Régua. Desde os programas de natação, fitness e aquafitness até eventos recreativos e educacionais, as piscinas continuaram a desempenhar um papel fundamental na saúde, bem-estar e na vida social de todos os utilizadores. Além disso, esforços contínuos foram direcionados para melhorias nas instalações e na qualidade dos serviços oferecidos, visando sempre proporcionar uma experiência excecional aos utilizadores.

Durante o ano de 2023, uma ampla gama de atividades e programas foi realizada nas Piscinas Municipais do Peso da Régua, incluindo:

- Aulas de Natação: Oferta contínua de aulas de natação para todas as idades e níveis de habilidade, desde bebés, menores que 16 anos, adultos e clube de Natação;
- Aulas de Aquafitness: Introdução de programas de fitness aquático, como hidroginástica, hidrobike, hidrosénior, e hidroterapia, atividades direcionadas para a saúde e o bem-estar dos utilizadores;
- Programas de fitness: As aulas criadas não são simples sessões de exercício físico, mas sim, experiências transformadoras no bem-estar físico e emocional de todos que delas usufruem. O

programa é vasto e contém modalidades como: Dança, Localizada, Jump, Pump, Core, Treino Funcional, GAP, Cardiofit, Pilates e Dance Kids;

- Educação/Protocolos com o Agrupamento de Escolas João de Araújo Correia: Oferta contínua a todos os alunos desde o pré-escolar até ao secundário, de aulas de Natação, bem como programas referenciados com alunos portadores de deficiência;
- Eventos Recreativos: Organização de eventos recreativos sazonais, como festas temáticas, torneios de natação e atividades aquáticas para crianças, jovens e famílias. Os eventos internos realizados foram pensados, organizados e implementados para estimular a interação social e contribuir para a adoção de prática desportiva, servindo toda a população de uma forma transversal. A saber: Especial Carnaval; Festival de escolas de Natação; Campeonatos Regionais de Natação; Estágio de Natação de Cadetes e Infantis; Verão 100% Fitness; Especial Halloween e a comemoração do 12º Aniversário das Piscinas, foram estas as marcas de 2023.

Durante o ano de 2023, foram realizadas diversas melhorias nas instalações das Piscinas Municipais do Peso da Régua, incluindo:

- Atualização de Equipamentos: Aquisição de novo material didático, substituição e atualização de equipamentos de piscina, como filtros, bombas e sistemas de tratamento de água e ar, visando garantir a qualidade dos mesmos e a eficiência operacional;
- Manutenção de Infraestrutura: Realização de trabalhos de manutenção preventiva e corretiva em áreas como balneários, nave, espaço exterior e espaços comuns, para garantir um ambiente seguro e confortável para os utentes e acompanhantes.

Durante o ano de 2023, as Piscinas Municipais do Peso da Régua registaram as seguintes estatísticas de frequência: Total de Utilizações: 48548; Total de Inscritos em classes organizadas: 1170

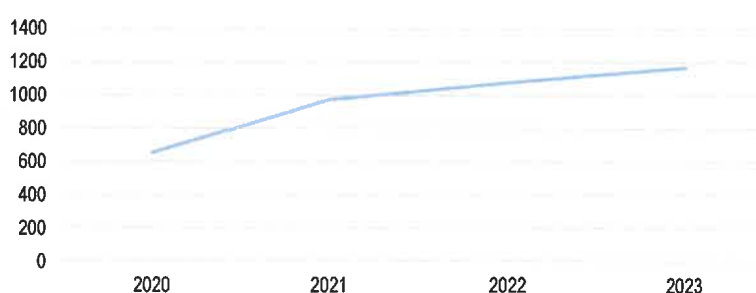


Gráfico 15 – Utilizadores inscritos em classes organizada, comparação de 2020 a 2023

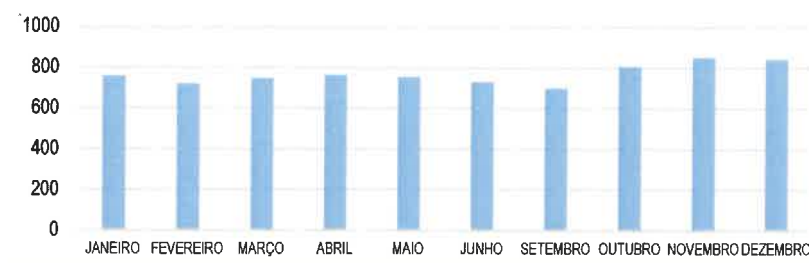


Gráfico 16 - Frequência mensal de utilizadores em classes organizadas durante o ano de 2023

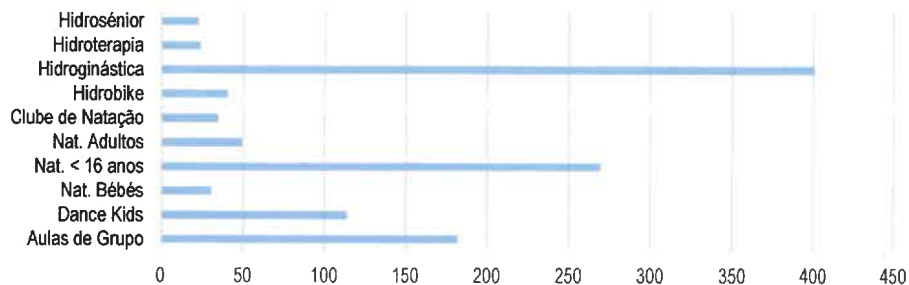


Gráfico 17 - Número de utilizadores por modalidade 2023

O ano de 2023 foi um período de atividade intensa e progresso contínuo nas Piscinas Municipais do Peso da Régua com uma subida no número de utentes inscritos. As diversas atividades e programas realizados, juntamente com a melhoria nas instalações e a manutenção constante, refletem o compromisso contínuo do Município do Peso da Régua em fornecer um serviço de qualidade, promovendo a saúde e bem-estar de todos os munícipes.

A. M.
E. P.





DAF
DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

RECURSOS HUMANOS - EVOLUÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

Nas autarquias, onde as necessidades e demandas podem variar amplamente, é crucial ter uma equipe capacitada e competente para lidar com uma variedade de funções e responsabilidades.

Os Recursos Humanos desempenham um papel vital nas autarquias, ajudando a garantir que a organização tenha os funcionários certos, com as competências certas, no lugar certo, e que esses funcionários sejam apoiados para alcançar o sucesso organizacional.

Os indicadores que passamos a apresentar representam um importante instrumento de análise da realidade social da autarquia, bem como as suas necessidades.

MODALIDADE DE VINCULAÇÃO

91,8% dos trabalhadores possuem contrato de trabalho, em funções públicas, por tempo indeterminado, traduzindo uma preocupação com a estabilidade no emprego, o que contribui para o aumento dos índices de motivação e produtividade.

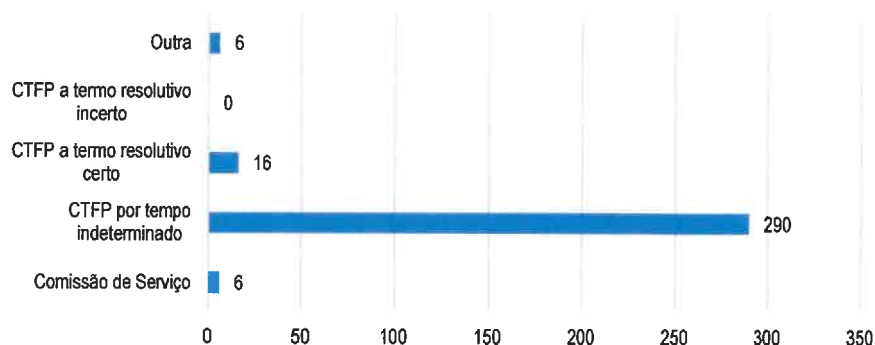


Gráfico 18 – Trabalhadores segundo a relação jurídica de emprego

	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Outros	Total
Comissão de Serviço	6	0	0	0	0	6
CTFP por tempo indeterminado	0	30	67	186	7	290
CTFP a termo resolutivo certo	0	14	0	2	0	16
CTFP a termo resolutivo incerto	0	0	0	0	0	0
Outra	0	0	0	6	0	6
Total	6	44	67	194	7	318

A. M. E. P.

pm

DISTRIBUIÇÃO POR CARGO/CARREIRA E GÉNERO

A 31 de dezembro de 2023 o número de trabalhadores era de 318, verificando-se o predomínio da carreira de assistente operacional. O número de mulheres é ligeiramente superior ao número de homens, sendo que os homens constituem 44,3% dos trabalhadores. De salientar que as mulheres estão em maioria nas carreiras de técnico superior, assistente técnico e assistente operacional. Verifica-se um rácio de 53 trabalhadores por dirigente. Mantém-se a média global de efetivos em 2023, comparativamente a 2022.

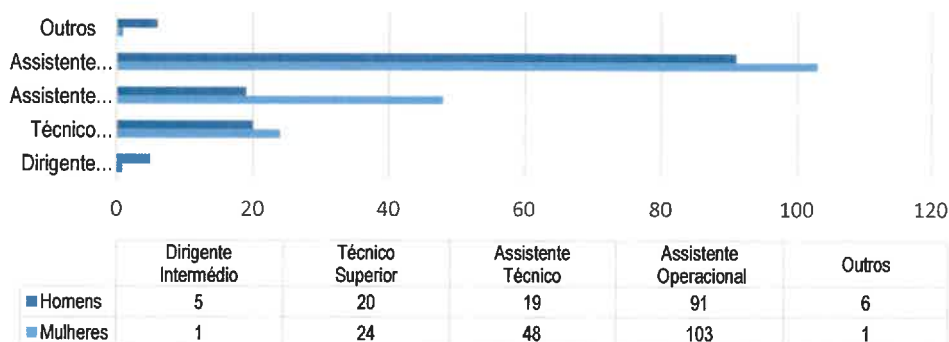


Gráfico 19 – Distribuição por cargo/carreira e género

		Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros	TOTAL
2023	♂	5	20	19	91	6	141
	♀	1	24	48	103	1	177
	TOTAL	6	44	67	194	7	318
2022	♂	5	21	21	86	6	139
	♀	1	23	48	98	1	171
	TOTAL	6	44	69	184	7	310
2021	♂	4	22	21	86	6	139
	♀	0	24	50	106	0	180
	TOTAL	4	46	71	192	6	319
2020	♂	4	13	22	91	6	136
	♀	0	21	48	106	0	175
	TOTAL	4	33	63	197	5	311
2019	♂	4	21	24	91	1	141
	♀	0	25	39	69	0	133
	TOTAL	4	46	63	160	1	274
2018	♂	4	20	24	95	1	144
	♀	0	22	36	78	0	136
	TOTAL	4	42	60	173	1	280
2017	♂	4	20	25	89	1	139
	♀	0	23	34	78	0	135
	TOTAL	4	43	59	167	1	274

DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÃO ETÁRIO

Observando a distribuição por escalão etário, verifica-se que 31,1% dos funcionários têm 60 ou mais anos, 31% têm entre 50 a 59 anos e 27% têm entre 40 a 49 anos de idade permitindo aferir que 89% da totalidade dos funcionários apresentam 40 ou mais anos.

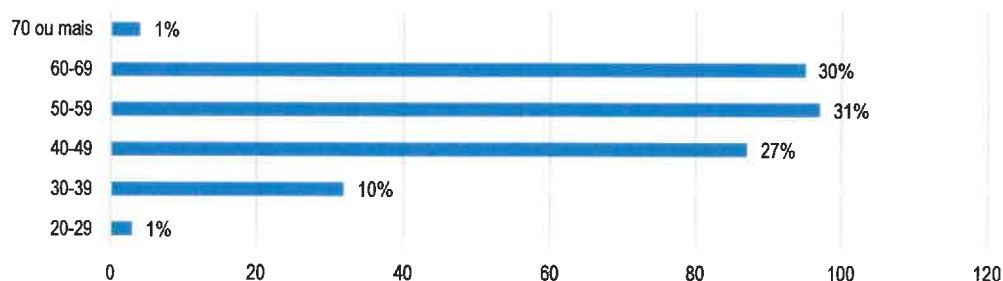


Gráfico 20 – Trabalhadores segundo faixa etária

Pela análise do quadro, verificamos que o grupo etário mais representado situa-se acima dos 60 anos, no qual estão 99 funcionários, dos quais, 56 são mulheres e 43 são homens, representando, assim, 31,1% do universo dos trabalhadores.

Escalão Etário	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65 ou +
Homens	0	2	6	9	16	20	21	24	30	13
Mulheres	0	1	4	13	27	24	22	30	42	14
Total	0	3	10	22	43	44	43	54	72	27
	3		32		87		97		99	

A estrutura etária das diferentes carreiras apresenta-se no gráfico seguinte:

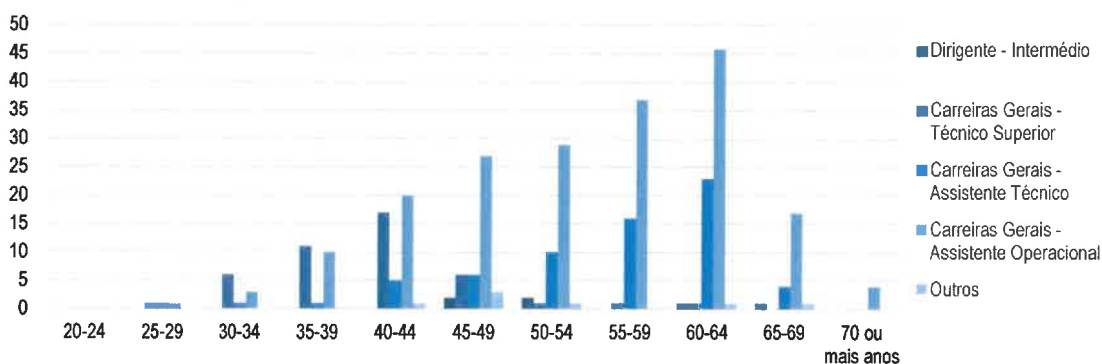


Gráfico 21 – Trabalhadores por escalão etário e cargo/categoria

Observa-se que nos escalões mais jovens, inferiores a 35 anos, predomina a carreira de técnico superior, enquanto nos escalões com idades superiores a 40 anos, predomina a de assistente operacional.

ANTIGUIDADE

Da análise deste parâmetro verifica-se que mais de metade do total de trabalhadores, exerce as suas funções há mais de 10 anos, o que manifesta um sentido de continuidade na prestação do serviço à comunidade.

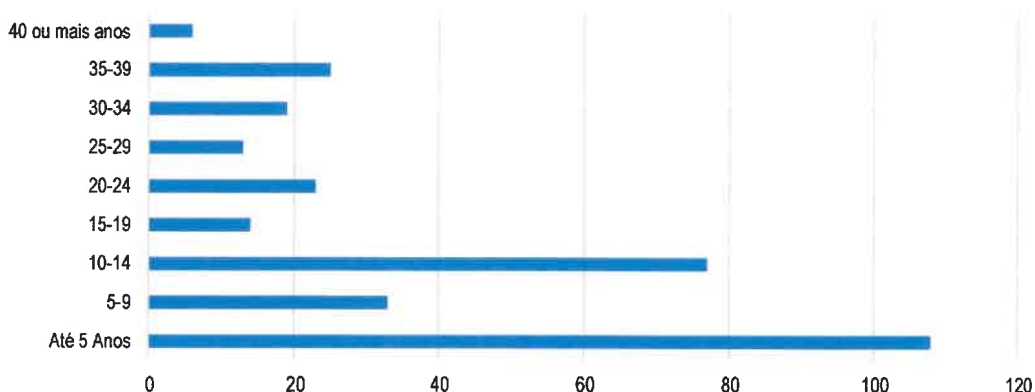


Gráfico 22 – Trabalhadores por escalão de antiguidade

Analisando a antiguidade dos trabalhadores de acordo com a carreira/cargo, verifica-se que, na carreira de técnico superior predomina uma antiguidade inferior a dez anos; na carreira de assistente operacional, verifica-se um predomínio de trabalhadores com uma antiguidade até 5 anos e entre os 10 e 14 anos, observando-se depois uma distribuição uniforme entre os 20 e os 39 anos de antiguidade.

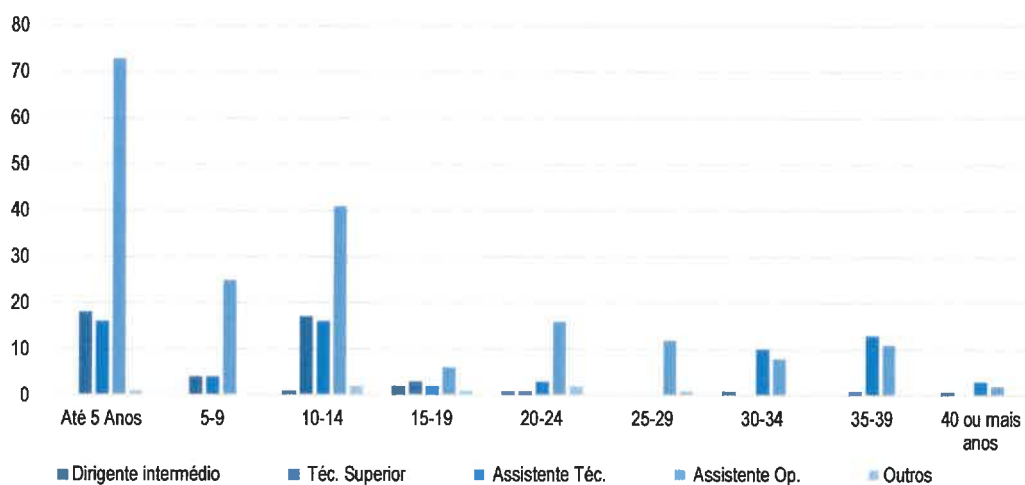


Gráfico 23 – Antiguidade dos trabalhadores de acordo com a carreira/cargo

A. L. F. P.



A Câmara Municipal, como órgão público responsável por representar e administrar os interesses da comunidade local, conta com uma equipe diversificada de trabalhadores, cada um trazendo consigo habilidades e experiências únicas. As habilitações dos trabalhadores são variadas e abrangentes, sendo essa diversidade de competências e conhecimentos essencial para garantir o funcionamento eficiente e eficaz da Câmara Municipal, permitindo que ela atenda às necessidades da comunidade de forma abrangente e responsiva.

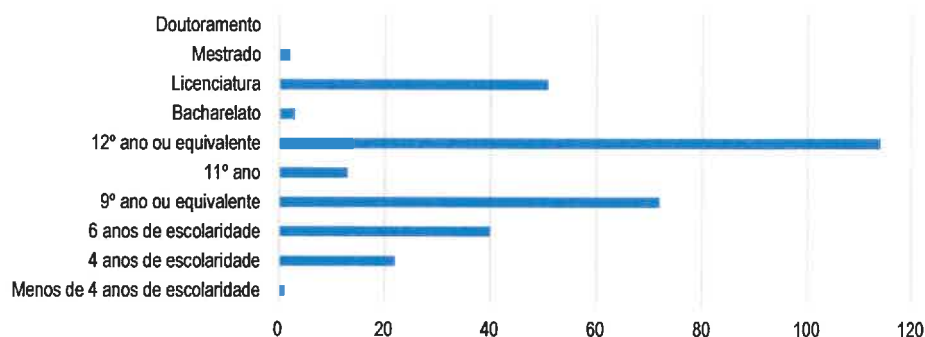


Gráfico 24 – Habilitações dos trabalhadores

O Município tem efetuado um enorme esforço no sentido de promover ações de formação, que permitem aos seus trabalhadores adquirir e aprimorar competências essenciais para o desempenho eficaz das suas funções, garantindo que estejam sempre atualizados nas respetivas áreas de atuação, resultando numa equipe mais capacitada e preparada para atender às necessidades da comunidade de forma eficiente e responsável.

Verifica-se que, 16% dos trabalhadores possui licenciatura, enquanto 23% possuem o 9º ano ou equivalente, sendo 36% a percentagem de trabalhadores com o 12º ano.

	Dirigente Intermédio	Carreiras Gerais Técnico Superior	Carreiras Gerais Assistente Técnico	Carreiras Gerais Assistente Operacional	Outros	Total
< 4º ano de escolaridade	0	0	0	1	0	1
4º ano de escolaridade	0	0	0	22	0	22
6º ano de escolaridade	0	0	2	38	0	40
9º ano ou equivalente	0	0	11	60	1	72
11º ano	0	0	6	7	0	13
12º ano ou equivalente	0	0	45	63	6	114
Bacharelato	0	2	1	0	0	3
Licenciatura	6	40	2	3	0	51
Mestrado	0	2	0	0	0	2
Doutoramento	0	0	0	0	0	0
Total	6	44	67	194	7	318

Recursos humanos através do CEI e CEI+

A análise da tendência dos contratos de emprego inserção (CEI) e inserção + (CEI+) revela padrões distintos ao longo dos anos recentes.

No caso dos contratos de emprego inserção (CEI), observa-se uma tendência decrescente desde 2020. Por outro lado, em relação aos contratos de emprego inserção + (CEI+), nota-se um aumento na tendência desde 2022.

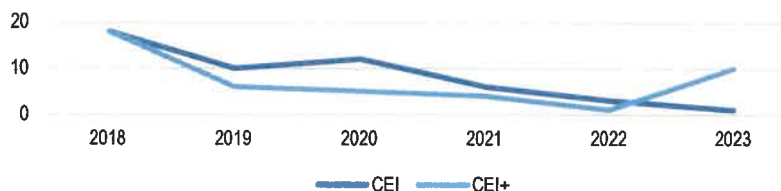


Gráfico 25 – Contratos Emprego Inserção/Contratos emprego Inserção+

ENCARGOS COM O PESSOAL

Os encargos com o pessoal ascenderam em 2023 aos 5 029 078,45 €, dos quais 84,7% destinaram-se ao pagamento de remunerações base.

	2023
REMUNERAÇÕES BASE	4 260 030,38 €
Suplementos Remuneratórios	316 710,39 €
Trabalho extraordinário (diurno e noturno)	62 431,74 €
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (não incluído em trabalho extraordinário)	201 407,12 €
Trabalho por turnos	
Abono para falhas	9 420,86 €
Risco, Penosidade ou Insalubridade	2 254,41 €
Ajudas de custo	8 259,02 €
Representação	32 946,24 €
Prestações Sociais	452 337,68 €
Abono de Família	8 729,52 €
Subsídio no âmbito de Proteção da Parentalidade	8 016,87 €
Subsídio de refeição	376 313,37 €
Risco, Penosidade ou Insalubridade	2 245,41 €
Subsídio por morte	1 441,29 €
Benefícios Sociais	54 816,34 €
Outras prestações sociais	3 020,29 €

III – REPORTING FINANCEIRO

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão dos Municípios, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados – os documentos previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade autárquica.

Estes documentos facultam informação aos cidadãos sobre a atividade desenvolvida pelo Município no ano económico a que se reportam.

É da competência do órgão executivo a elaboração e a aprovação dos documentos finais, que devem ser submetidos pelo respetivo Presidente à apreciação e votação pelo órgão deliberativo.

No conjunto de mapas e demonstrações financeiras que integram as contas anuais, é projetada a imagem real da situação económica, financeira, patrimonial e de gestão, bem como dos resultados obtidos pelo Município.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e a Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro (destaque Título VI – art.º 62º e seguintes) surgem como os principais impulsionadores da tão esperada reforma da gestão pública.

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

O SNC-AP promove uma nova visão de prestação de contas que integra, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional. O foco está cada vez mais no reporte de informação útil (financeira e não financeira), que reflita, de forma dinâmica, as mudanças que ocorrem nas entidades públicas e nas necessidades sentidas pelos utilizadores. O atual normativo é constituído pelos subsistemas de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão. A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental. A contabilidade financeira, que tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos. Neste capítulo é efetuada uma análise da contabilidade orçamental, financeira e de gestão. Destacamos as divergências

existentes entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental) pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma. Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

A prestação de contas do ano 2023 é apresentada em conformidade com a Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual e com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, sendo aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município do Peso da Régua.

O presente relatório analisa a execução do orçamento do Município e a sua situação económico-financeira. O exercício financeiro de 2023 exigiu um esforço adicional significativo, no sentido de garantir o exercício das atribuições legalmente cometidas aos órgãos municipais na prossecução dos fins públicos, sendo que, face ao atual contexto macroeconómico da Europa e do Mundo, com severos efeitos do conflito Rússia-Ucrânia, a acentuada subida das taxas de juro, revela-se complexa a adoção de políticas de gestão que permitam a concretização de iniciativas inovadoras, em contraciclo.

Ainda assim, o Município desenvolveu todos os esforços e algum arrojo, no sentido de garantir o apoio social às famílias e empresários, potenciando medidas de alavancagem da economia local, continuando a apostar na boa execução de investimentos essenciais para o bem estar e qualidade de vida dos seus munícipes, seja através de capitais próprios, seja através de cofinanciamento comunitário, no âmbito dos quadros comunitários de apoio, dando prioridade aos projetos a desenvolver no âmbito do PRR (Plano de recuperação e Resiliência) e do Portugal 2030.

As contas do Município são auditadas por um Revisor Oficial de Contas.

1 – PROCESSO ORÇAMENTAL

A NCP26 – Contabilidade e Relato Orçamental, tem em vista regular a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidades gerais (individuais, separadas e consolidadas), componentes principais do relato orçamental de uma entidade pública ou de um perímetro de consolidação, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades. Os utilizadores dessas demonstrações orçamentais de finalidades gerais incluem cidadãos em geral, membros do Parlamento e do governo nos seus diferentes níveis, financiadores, fornecedores, órgãos de comunicação social e trabalhadores. Tais demonstrações incluem as que são apresentadas separadamente ou em conjunto com outro documento público.

As demonstrações orçamentais têm por finalidade traduzir uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações

P. M.
E. P.
[Handwritten signature]

orçamentais de finalidades gerais são o de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental.

O relato orçamental pode também proporcionar aos utilizadores informação que indique:

- a) Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado;
- b) Se os recursos foram obtidos e usados de acordo com requisitos legais e contratuais, incluindo limites financeiros estabelecidos pelas autoridades legislativas competentes.

A seguir se apresenta uma análise à execução da contabilidade orçamental, cujas demonstrações se encontram elencadas no capítulo IV do presente documento, elaboradas nos termos dos modelos exigidos na Instrução 1/2019, do Tribunal de Contas e no cumprimento da Resolução n.º 3/2023 - Prestação de contas relativas ao ano de 2023 e gerências partidas de 2024, publicada em 12/01/2024.

1.1 – Execução orçamental

1.1.1 - Resumo do Orçamento – Inicial e Final

A comparação entre o Orçamento Final (corrigido) e o Executado permite aferir da fiabilidade do orçamento apresentado e da capacidade financeira da sua execução em face do volume de receitas efetivamente arrecadado.

Na elaboração dos Documentos Previsionais para 2023, foi aprovado o orçamento de acordo com as previsões iniciais constantes do quadro 1.

RESUMO DO ORÇAMENTO – DOTAÇÕES INICIAIS			
RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	20 669 091,06 €	Correntes	19 546 253,06 €
De capital	13 634 281,16 €	De capital	14 757 119,16 €
TOTAL	34 303 372,22 €	TOTAL	34 303 372,22 €

Quadro 1 - Resumo do Orçamento – Inicial

Após identificação das necessidades de reforços e anulações nas respetivas rubricas, durante a execução orçamental, vieram a ser produzidas as adequadas e legais alterações orçamentais resultando o seguinte orçamento corrigido, de acordo com quadro 2.

RESUMO DO ORÇAMENTO – DOTAÇÕES CORRIGIDAS			
RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	19 263 436,23 €	Correntes	18 138 102,56 €
De capital	12 093 776,65 €	De capital	13 261 378,21 €
TOTAL	31 399 480,77 €	TOTAL	31 399 480,77 €

Quadro 2 - Resumo do Orçamento – Corrigido

Comparando os valores previstos no Orçamento Corrigido com os montantes já executados na Receita e na Despesa, obtêm-se as variações a seguir apresentadas, em termos absolutos, vertidas no quadro 3.

Estes indicadores traduzem, assim, a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, dado que a taxa referente às despesas é calculada com base nos valores efetivamente pagos e da receita efetivamente cobrada (execução financeira).

Natureza	orçamento 2023		execução líquida c)	desvio	tx execução
	inicial a)	final b)		(c-b)	
Receitas	34 303 372,22 €	31 399 480,77 €	27 590 699,96 €	-3 808 780,81 €	87,87%
correntes	20 669 091,06 €	19 263 436,23 €	17 462 759,20 €	-1 800 677,03 €	90,65%
capital	13 634 281,16 €	12 093 776,65 €	10 083 866,11 €	-2 009 910,54 €	83,38%
outras d)	0,00 €	42 267,89 €	44 074,65 €	1 806,76 €	104,27%
Despesas	34 303 372,32 €	31 399 480,77 €	27 130 409,66 €	-4 269 071,11 €	86,40%
correntes	19 546 253,16 €	18 138 102,56 €	15 766 944,51 €	-2 371 158,05 €	86,93%
capital	14 757 119,16 €	13 261 378,21 €	11 363 465,15 €	-1 897 913,06 €	85,69%

Quadro 3 - Execução da Receita e Despesa

Pela análise da execução global vertida no quadro 3, denota-se um equilibrado nível de execução das receitas e despesas totais 87,87% e 86,40%, respetivamente, dando cumprimento ao previsto no n.º 3 do art.º 56º, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação - grau de execução da receita global não inferior a 85%;

A despesa total paga totalizou 27.130.409,66€, traduzindo uma execução de 86,40% e um acréscimo de execução de 7,08%, face ao ano anterior.

1.2 – Execução Orçamental da Receita

A Receita total cobrada líquida totalizou 27.590.699,96€, sendo que 392.304,50€, dizem respeito a receitas por cobrar no início do período, transitadas de anos anteriores referente a dívidas de terceiros ao Município. Como resultado da execução do orçamento da Receita, ficam 441.330,30€ de receitas por cobrar no final do ano e uma taxa de execução de 86,40%, superior em 6,91% face ao exercício anterior.

As receitas estruturais, pela sua natureza, representam uma base consistente no financiamento de um conjunto de despesas de carácter regular e indispensável ao normal funcionamento da atividade municipal. A estrutura e a execução da Receita Corrente e Capital encontram-se representadas no quadro 4, onde se pode observar o peso dos diversos capítulos bem como a respetiva execução.

Análise orçamental	orçamento da receita 01/01/2023 (a)	%	receita corrigida 31/12/2023 (b)	%	Receita cobrada líquida (c)	%	Desvio (c-b)	tx execução
Receitas Correntes	20 669 091,06 €	60,25%	19 263 436,23 €	61,35%	17 462 759,20 €	63,29%	-1 800 677,03 €	90,65%
Impostos diretos	2 767 911,69 €	8,07%	2 767 911,69 €	8,82%	2 944 796,08 €	10,67%	176 884,39 €	106,39%
Impostos indiretos	700,00 €	0,00%	700,00 €	0,00%	59 789,76 €	0,22%	59 089,76 €	8541,39%
taxas, multas e out. penalidades	424 255,90 €	1,24%	424 255,90 €	1,35%	308 130,11 €	1,12%	-116 125,79 €	72,63%
Rendimentos de propriedade	680 466,95 €	1,98%	680 466,95 €	2,17%	663 793,91 €	2,41%	-16 673,04 €	97,55%
Transferências correntes	14 299 526,19 €	41,69%	12 893 871,36 €	41,06%	11 399 344,08 €	41,32%	-1 494 527,28 €	88,41%
Vendas de bens e serviços	1 810 910,06 €	5,28%	1 810 910,06 €	5,77%	1 852 688,58 €	6,71%	41 778,52 €	102,31%
Outras receitas correntes	685 320,27 €	2,00%	685 320,27 €	2,18%	234 216,68 €	0,85%	-451 103,59 €	34,18%
Receitas de Capital	13 634 281,16 €	39,75%	12 093 776,65 €	38,52%	10 083 866,11 €	36,55%	-2 009 910,54 €	83,38%
Venda de bens de Investimento	467 192,10 €	1,36%	467 192,10 €	1,49%	23 248,00 €	0,08%	-443 944,10 €	4,96%
Transferências de capital	11 172 648,62 €	32,57%	7 064 804,14 €	22,50%	6 110 410,45 €	22,15%	-954 393,69 €	86,49%
Ativos Financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Passivos Financeiros	1 994 440,44 €	5,81%	4 561 780,41 €	14,53%	3 950 207,66 €	14,32%	-611 572,75 €	86,59%
Outras receitas de capital	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
Receitas outras	0,00 €	0,00%	42 267,89 €	0,13%	44 074,65 €	0,16%	1 806,76 €	104,27%
Reposições não abatidas aos pagamentos + saldo gerência anterior	0,00 €	0,00%	42 267,89 €	0,13%	44 074,65 €	0,16%	1 806,76 €	104,27%
total	34 303 372,22 €	100,00%	31 399 480,77 €	100,00%	27 590 699,96 €	100,00%	3 808 780,81 €	87,87%

Quadro 4 - Execução da Receita

No que diz respeito às Receitas Correntes, durante o ano de 2023, a sua execução financeira foi de 17.462.759,20€, percentualmente 90,65% e representando 63,29% do total da receita cobrada líquida.

Nas Receitas de Capital, verificou-se uma execução financeira de 10.083.866,11€, correspondendo a uma taxa de execução de 83,38%, sendo que em transferências de capital, ficou um conjunto de reembolsos provenientes de financiamentos comunitários por receber.

1.2.1 – Evolução Orçamental da Receita

No gráfico seguinte podemos verificar a evolução da Receita, de 2021 a 2023.

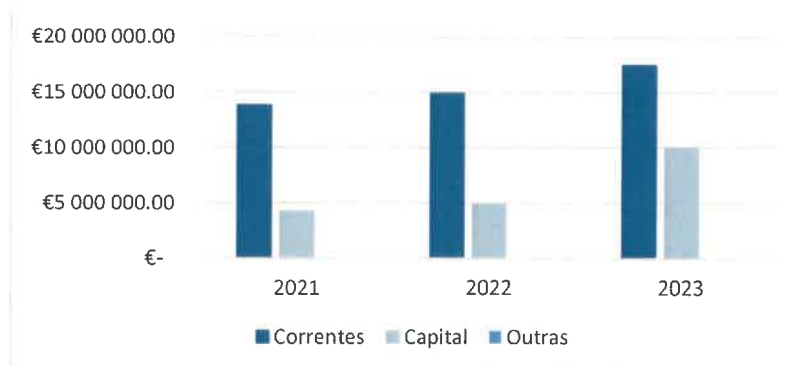


Gráfico 26 - Evolução da Receita 2021-2023

As Receitas Correntes apresentam um crescimento sustentado registando um acréscimo de 17,29%, face ao exercício anterior, mantendo a tendência dos últimos anos e as receitas de capital traduzem um acentuado crescimento de 106,50%, grosso modo resultante do aumento na componente "Transferências de Capital".

Sectorialmente, é apresentado gráfico elucidativo da evolução da cobrança na componente de impostos diretos, registando uma ligeira subida de 2022 para 2023, de 4,27%, no total de impostos diretos cobrados, resultado de relativa alavancagem económica em vários setores de atividade.

As Receitas Correntes apresentam um crescimento sustentado registando um acréscimo de 17,29%, face ao exercício anterior, mantendo a tendência dos últimos anos e as receitas de capital traduzem um acentuado crescimento de 106,50%, grosso modo resultante do aumento na componente "Transferências de Capital".

Sectorialmente, é apresentado gráfico elucidativo da evolução da cobrança na componente de impostos diretos, registando uma ligeira subida de 2022 para 2023, de 4,27%, no total de impostos diretos cobrados, resultado de relativa alavancagem económica em vários setores de atividade.

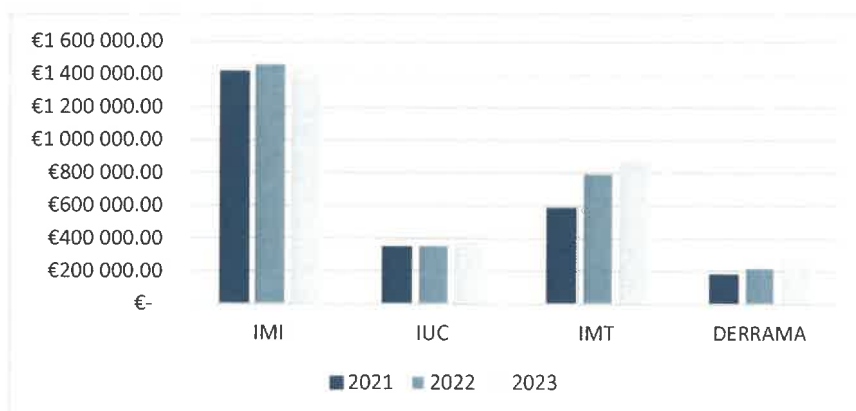


Gráfico 27 - Evolução Impostos Diretos

	2021	2022	2023
IMI	1 418 945.11 €	1 457 767.43 €	1 440 670.52 €
IUC	347 841.67 €	353 947.00 €	375 097.65 €
IMT	581 920.41 €	792 647.33 €	877 793.39 €
DERRAMA	179 063.37 €	219 586.13 €	251 234.52 €
TOTAL	2 527 770.56 €	2 823 947.89 €	2 944 796.08 €

Quadro 5 - Evolução Impostos Diretos

Designação	2021			2022			Δ 2021-2022	2023			Δ 2022-2023
	Previsões Corrigidas	Receita cobrada Líquida	tx execução	Previsões Corrigidas	receita cobrada líquida	tx execução		Previsões Corrigidas	Receita cobrada Líquida	tx execução	
Receitas Correntes	15 363 925,66 €	13 840 214,71 €	90,06%	13 083 305,57 €	14 888 676,27 €	82,56%	7,58%	19 263 436,23 €	17 462 759,20 €	90,65%	17,29%
Impostos diretos	2 641 575,14 €	2 527 770,56 €	95,69%	2 572 190,34 €	2 823 947,89 €	109,79%	11,72%	2 767 911,69 €	2 944 796,08 €	106,39%	4,28%
Impostos indiretos	202 600,36 €	144 669,05 €	71,41%	160 846,76 €	219 998,20 €	136,78%	52,07%	700,00 €	59 789,76 €	8541,39%	-72,82%
taxas, multas e out. penalidades	273 395,38 €	86 532,55 €	31,65%	142 455,42 €	103 932,96 €	72,96%	20,11%	424 255,90 €	308 130,11 €	72,63%	196,47%
Rendimentos de propriedade	855 000,00 €	614 072,01 €	71,82%	500 300,00 €	617 664,46 €	123,46%	0,59%	680 466,95 €	663 793,91 €	97,55%	7,47%
Transferências correntes	9 010 954,78 €	9 153 425,39 €	101,58%	11 996 355,94 €	9 702 037,27 €	80,87%	5,99%	12 893 871,36 €	11 399 344,08 €	88,41%	17,49%
Vendas de bens e serviços	1 416 800,00 €	797 824,44 €	56,31%	1 197 157,11 €	827 724,80 €	69,14%	3,75%	1 810 910,06 €	1 852 688,58 €	102,31%	123,83%
Outras receitas correntes	963 600,00 €	515 920,71 €	53,54%	1 464 000,00 €	593 370,69 €	40,53%	15,01%	685 320,27 €	234 216,68 €	34,18%	-60,53%
Receitas de Capital	7 326 216,17 €	4 265 791,10 €	58,23%	6 868 380,45 €	4 883 334,90 €	71,10%	14,48%	12 083 776,65 €	10 083 866,11 €	83,38%	106,50%
Venda de bens de Investimento	31 783,97 €	6 461,69 €	20,33%	814 641,25 €	67 901,25 €	8,34%	950,83%	467 192,10 €	23 248,00 €	4,98%	-65,76%
Transferências de capital	2 918 804,21 €	1 899 025,78 €	65,06%	4 580 913,05 €	3 342 627,93 €	72,97%	76,02%	7 064 804,14 €	6 110 410,45 €	86,49%	82,80%
Ativos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	4 375 627,99 €	2 360 303,63 €	53,94%	1 472 806,15 €	1 472 805,72 €	100,00%	-37,60%	4 561 780,41 €	3 950 207,66 €	86,59%	168,21%
Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Receitas outras	73 406,20 €	76 048,24 €	103,60%	80 900,86 €	85 729,01 €	105,97%	12,73%	42 267,89 €	44 074,65 €	104,27%	-48,59%
Reposições não abatidas aos pagamentos + saldo gerência anterior	100,00 €	2 742,04 €	2742,04%	100,00 €	4 928,15 €	4928,15%	79,73%	331,50 €	2 138,26 €	645,03%	-56,61%
	73 306,20 €	73 306,20 €	100,00%	80 800,86 €	80 800,86 €	100,00%	10,22%	41 936,39 €	41 936,39 €	100,00%	-48,10%
TOTAL	22 763 548,03 €	18 182 054,05 €	79,87%	24 982 566,88 €	19 857 740,18 €	79,49%	9,22%	31 399 480,77 €	27 590 699,96 €	87,87%	38,94%

Quadro 6 - Evolução da Receita 2021-2023

No quadro supra verificamos, de forma detalhada, a execução e evolução financeira da receita, de cada uma das sub-rubricas.

A receita referente aos "impostos diretos", "taxas multas e outras penalidades", "rendimentos de propriedade", "transferências correntes" e "vendas de bens e serviços" apresentam um aumento de 4,28%, 196,47%, 7,47%, 17,49% e 123,83%, respetivamente, face ao ano anterior, decorrente de regularização contabilística de ajustamento, em 2023, nas contas do agrupamento da despesa 04*, de cobranças que estavam a ser efetuadas no agrupamento 02* e, bem assim, do produto das rendas de concessão provenientes da E-REDES, de regularidade trimestral. Em "venda de bens e serviços", verifica-se um acréscimo resultante da subida dos preços/tarifa dos resíduos urbanos.

As sub-rubricas que contribuíram para o aumento da receita de capital, em relação ao ano de 2022, foram as transferências de capital, verificando-se uma evolução positiva, de 82,8% e, ainda, a rubrica de Passivos Financeiros, decorrente da contratação de Empréstimos de Médio e Longo Prazo destinado a "Aquisição de terrenos para a criação de áreas de acolhimento empresarial, tecnológicas e oficiais" e "Intempéries de dezembro de 2022 e janeiro de 2023", registando uma subida de 168,21%, face ao ano anterior.

Ao longo dos 3 anos, a rubrica dos ativos financeiros manteve-se com uma execução financeira nula.

1.3 – Execução Orçamental da Despesa

A previsão corrigida da Despesa foi de 31.399.480,77€, realizada em 27.130.409,66€, valor que originou uma taxa de execução global de 86,40%, durante o ano em análise.

Análise orçamental	orçamento da despesa 01/01/2023 (a)	%	despesa corrigida 31/12/2023 (b)	%	Despesa paga (c)	%	Desvio (c-b)	tx execução
Despesas Correntes	19 546 253,06 €	56,98%	18 138 102,56 €	57,77%	15 766 944,51 €	58,12%	-2 371 158,05 €	86,93%
Despesas com pessoal	6 982 400,00 €	20,35%	6 657 769,91 €	21,20%	6 495 139,00 €	23,94%	-162 630,91 €	97,56%
Aquisição de bens e serviços	7 311 850,00 €	21,32%	7 488 366,61 €	23,85%	5 640 295,54 €	20,79%	-1 848 071,07 €	75,32%
Juros e outros encargos	462 528,26 €	1,35%	602 775,01 €	1,92%	571 467,18 €	2,11%	-31 307,83 €	94,81%
Transferências Correntes	2 135 000,00 €	6,22%	2 357 458,75 €	7,51%	2 120 227,19 €	7,81%	-237 231,56 €	89,94%
Subsídios	406 810,80 €	1,19%	317 917,19 €	1,01%	317 917,19 €	1,17%	0,00 €	100,00%
Outras despesas correntes	2 247 664,00 €	6,55%	713 815,09 €	2,27%	621 898,41 €	2,29%	-91 916,68 €	87,12%
Despesas de Capital	14 757 119,16 €	43,02%	13 261 378,21 €	42,23%	11 363 465,15 €	41,88%	-1 897 913,06 €	85,69%
Aquisição de bens de capital	13 440 060,83 €	39,18%	10 508 322,32 €	33,47%	8 620 426,32 €	31,77%	-1 887 896,00 €	82,03%
Transferências de capital	486 066,00 €	1,42%	389 600,00 €	1,24%	389 600,00 €	1,44%	0,00 €	100,00%
Ativos Financeiros	10 000,00 €	0,03%	10 000,00 €	0,03%	0,00 €	0,00%	-10 000,00 €	0,00%
Passivos Financeiros	820 792,33 €	2,39%	2 353 455,89 €	7,50%	2 353 438,83 €	8,67%	-17,06 €	100,00%
Outras despesas de capital	200,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
total	34 303 372,22 €	100,00%	31 399 480,77 €	100,00%	27 130 409,66 €	100,00%	-4 269 071,11 €	86,40%

Quadro 7 - Execução Orçamental da Despesa

No que respeita à Despesa Corrente, a qual reflete todos os custos de funcionamento municipal: recursos humanos, custos operacionais, atividades realizadas e apoiadas pelo município, desde o apoio social, desportivo, cultural e recreativo, verifica-se uma previsão corrigida de 18.138.102,56€ e 15.766.944,51€ de despesa efetivamente paga, correspondendo a uma taxa de execução de 86,93%, superior em 6,05%, face ao ano anterior.

Ao nível da Despesa de Capital, as despesas pagas totalizaram 11.363.465,15€, tendo uma execução de 85,69% da despesa prevista.

1.3.1 – Evolução Orçamental da Despesa

Relativamente à evolução orçamental nas rubricas de despesa corrente, verificamos que, em relação ao ano anterior, houve um aumento na taxa de execução, em todas as rubricas.

A rubrica de despesas com o pessoal, regista um aumento da taxa de execução de 10,18% face ao anterior, tendo uma execução, em 2023, de 6.495.139,00€.

Designação	2021			2022			Δ 2021-2022	2023			Δ 2022-2023
	Previsões Corrigidas	Despesa Paga	tx execução	Previsões Corrigidas	despesa paga	tx execução		Previsões Corrigidas	Despesa paga	tx execução	
Despesas Correntes	13 898 889,64 €	11 931 634,42 €	85,85%	15 766 733,48 €	12 752 555,92 €	80,88%	6,88%	18 138 102,36 €	15 766 944,51 €	86,93%	23,64%
Despesas com pessoal	6 010 363,87 €	5 867 237,33 €	97,62%	5 973 938,67 €	5 894 826,96 €	98,68%	0,47%	6 657 769,91 €	6 495 139,00 €	97,56%	10,18%
Aquisição de bens e serviços	5 172 275,78 €	3 878 270,22 €	74,98%	6 837 727,17 €	4 609 152,54 €	67,41%	18,85%	7 488 366,61 €	5 640 295,54 €	75,32%	22,37%
Juros e outros encargos	209 623,55 €	195 749,70 €	93,38%	218 875,44 €	212 264,76 €	96,98%	8,44%	602 775,01 €	571 467,18 €	94,81%	169,22%
Transferências Correntes	935 429,15 €	681 615,62 €	72,87%	1 619 302,88 €	1 287 859,98 €	79,53%	88,94%	2 357 458,75 €	2 120 227,19 €	89,94%	64,63%
Subsídios	1 142 539,16 €	950 529,07 €	83,19%	655 612,41 €	389 318,64 €	59,38%	-59,04%	317 917,19 €	317 917,19 €	100,00%	-18,34%
Outras despesas correntes	428 658,13 €	358 232,48 €	83,57%	461 276,91 €	359 133,04 €	77,86%	0,25%	713 815,09 €	621 898,41 €	87,12%	73,17%
Despesas de Capital	8 864 658,39 €	6 189 618,77 €	69,82%	9 215 893,40 €	7 063 247,87 €	76,64%	14,46%	13 261 378,21 €	11 363 465,15 €	85,69%	60,88%
Aquisição de bens de capital	6 783 396,85 €	4 088 509,25 €	60,27%	6 862 268,94 €	4 709 683,45 €	68,63%	15,19%	10 508 322,32 €	8 620 426,32 €	82,03%	83,04%
Transferências de capital	348 080,63 €	347 928,63 €	99,96%	322 434,00 €	322 434,00 €	100,00%	-7,33%	389 600,00 €	389 600,00 €	100,00%	20,83%
Ativos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	10 000,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	1 733 180,91 €	1 733 180,89 €	100,00%	2 031 130,46 €	2 031 130,42 €	100,00%	17,19%	2 353 455,89 €	2 353 438,83 €	100,00%	15,87%
Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
TOTAL	22 763 548,03 €	18 101 253,19 €	79,52%	24 982 566,88 €	19 815 803,79 €	79,32%	9,47%	31 399 480,77 €	27 130 409,66 €	86,40%	36,91%

Quadro 8 - Evolução da Despesa

No ano de 2023, as rubricas referentes à despesa de capital que registaram acréscimo de execução foram – “Aquisições de bens de capital”, “Transferências de capital” e os “Passivos financeiros”, com uma percentagem de variação de 83,04%, 20,83% e 15,87%, respetivamente, correspondendo a uma execução de 8.620.426,32€, 389.600,00€ e 2.353.438,83€, respetivamente.

Com uma variação negativa de -18,34%, face ao ano de 2022, a rubrica de “subsídios”, apresenta uma despesa paga, em 2023, de 317.917,19€.

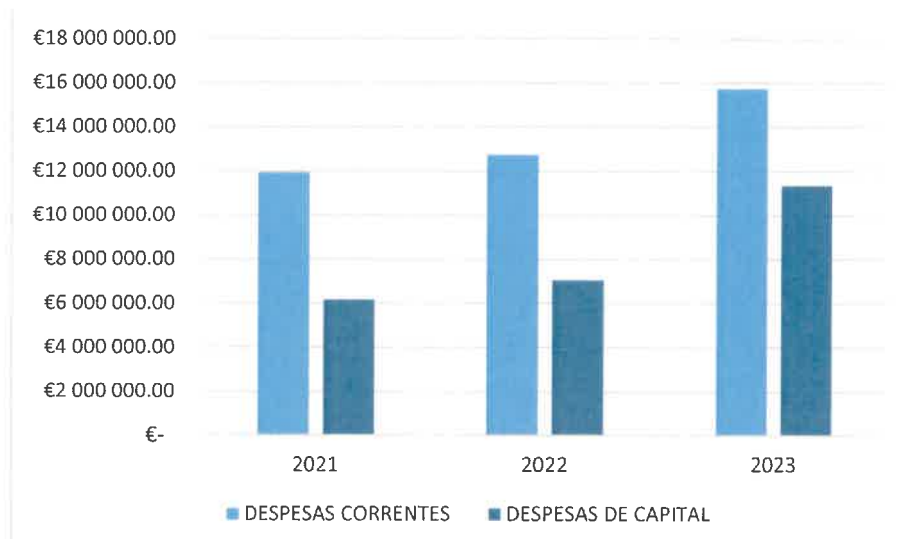


Gráfico 28 - Evolução da Despesa

De acordo com o gráfico 28, que a evolução da despesa de capital regista uma tendência de aumento, ao longo dos últimos 3 anos.

1.4 – Execução das GOP's

Designação do Projeto	Montante previsto	%	Montante Executado	%	Desvio	Taxa de Execução
Funções Gerais	492 848.74 €	3.15%	421 999.26 €	3.29%	70 849.48 €	85.62%
Serviços Gerais de Administração Pública	440 293.74 €	2.81%	369 445.26 €	2.88%	70 848.48 €	83.91%
Segurança e Ordem Públicas	52 555.00 €	0.34%	52 554.00 €	0.41%	1.00 €	100.00%
Funções Sociais	11 455 389.71 €	73.14%	9 534 640.31 €	74.35%	1 920 749.40 €	83.23%
Educação	321 109.91 €	2.05%	245 463.17 €	1.91%	75 646.74 €	76.44%
Saúde	2 430.00 €	0.02%	2 430.00 €	0.02%	- €	100.00%
Segurança e Ação Sociais	2 316 853.38 €	14.79%	2 096 089.57 €	16.34%	220 763.81 €	90.47%
Habituação e Serviços Coletivos	8 511 217.17 €	54.35%	6 912 913.63 €	53.90%	1 598 303.54 €	81.22%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	303 779.25 €	1.94%	277 743.94 €	2.17%	26 035.31 €	91.43%
Funções Económicas	3 712 977.83 €	23.71%	2 868 087.82 €	22.36%	844 890.01 €	77.24%
Indústria e Energia	1 952 848.19 €	12.47%	1 158 464.87 €	9.03%	794 383.32 €	59.32%
Transportes e Comunicações	19 530.49 €	0.12%	12 955.12 €	0.10%	6 575.37 €	66.33%
Comércio e Turismo	1 566 061.14 €	10.00%	1 524 797.75 €	11.89%	41 263.39 €	97.37%
Outras Funções Económicas	174 538.01 €	1.11%	171 870.08 €	1.34%	2 667.93 €	98.47%
Total	15 661 216.28 €	100.00%	12 824 727.39 €	100.00%	2 836 488.89 €	81.89%

Quadro 9 - Execução das GOP's

Pela análise do quadro supra, verifica-se que as funções sociais traduzem maior representatividade no total das despesas executadas nas GOP'S (74,35%) expressando a vontade da estratégia política, na melhoria do bem-estar e qualidade de vida da população do concelho, no desenvolvimento de projetos destinados à melhoria das condições habitacionais que se pretendem dignas.

As funções que traduzem maior taxa de execução, no total das GOP'S, são as funções gerais, traduzindo uma taxa de 85,62%, seguida das funções sociais, com 83,23% de execução.

1.4.1 – Evolução das GOP's

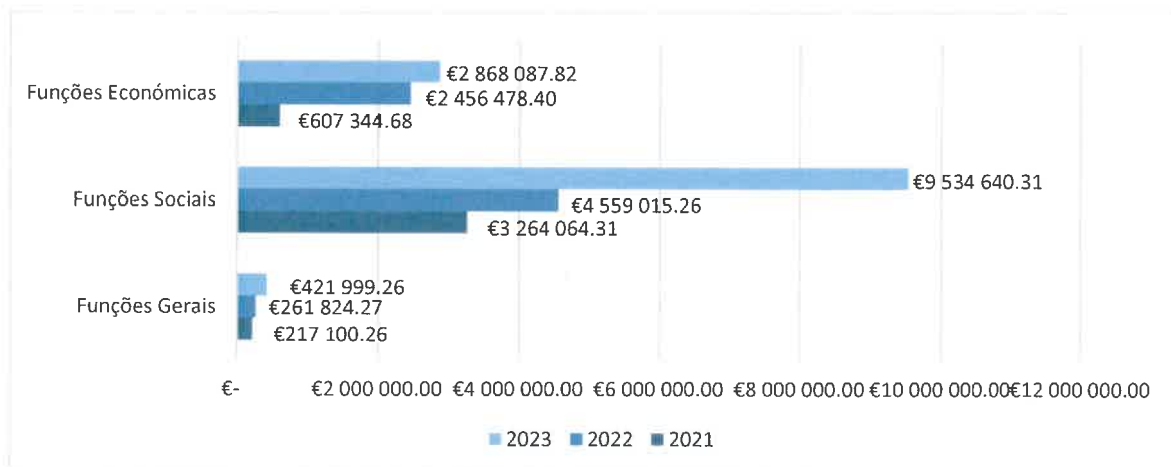


Gráfico 29 - Evolução das GOP's

O gráfico supra, evidencia o crescimento na aposta municipal, ao nível do investimento, com especial destaque para a função social e económica, com um crescimento significativo nos últimos três anos em todas as funções.

2 – PROCESSO ECONOMICO-FINANCEIRO

A presente análise económico-financeira teve por base as contas anuais individuais apresentadas pelo Município do Peso da Régua em 2023, preparadas de acordo com o novo referencial contabilístico SNC-AP. Considerando a informação proporcionada pelas demonstrações financeiras do período objeto de prestação de contas, apresenta-se, em seguida uma análise das principais variações ocorridas na posição financeira e no desempenho.

2.1 – Estrutura do Ativo

Ativo	31/12/2022	Peso (%)	31/12/2023	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Ativos fixos tangíveis	51 262 503.06 €	81.78%	56 138 070.20 €	80.86%	4 875 567.14 €	9.51%
Ativos intangíveis	774 612.81 €	1.24%	719 910.40 €	1.04%	- 54 702.41 €	-7.06%
Participações Financeiras	7 443 103.00 €	11.87%	7 443 103.00 €	10.72%	- €	0.00%
Clientes, contribuintes e utentes	60 105.03 €	0.10%	69 032.08 €	0.10%	8 927.05 €	14.85%
Outras contas a receber	3 000.00 €	0.00%	- €	0.00%	- 3 000.00 €	-100.00%
Ativo não corrente	59 543 323.90 €	94.99%	64 370 116.68 €	92.72%	4 826 791.78 €	8.11%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	164 660.87 €	0.26%	1 143 680.80 €	1.65%	979 019.93 €	594.57%
Clientes, contribuintes e utentes	33 599.96 €	0.05%	90 679.68 €	0.13%	57 079.72 €	169.88%
Estado e outros entes públicos	352 230.07 €	0.56%	307 032.65 €	0.44%	- €	-12.83%
Outras contas a receber	1 920 244.90 €	3.06%	2 545 207.68 €	3.67%	624 962.78 €	32.55%
Diferimentos	108 805.91 €	0.17%	96 252.14 €	0.14%	- 12 553.77 €	-11.54%
Caixa e depósitos bancários	561 031.89 €	0.90%	874 670.83 €	1.26%	313 638.94 €	55.90%
Ativo corrente	3 140 673.60 €	5.01%	5 067 623.78 €	7.28%	1 916 950.18 €	61.04%
Total do Ativo	62 683 997.50 €	100%	69 427 639.46 €	100%	6 743 741.96 €	10.76%

Quadro 10 – Estrutura do Ativo

Verifica-se um acréscimo global face a 2022, de 10,76%, destacando-se um aumento em “Ativos Fixos tangíveis”, decorrente do reconhecimento de diversas empreitadas, em cerca de 9,51% e em Clientes, contribuintes e utentes em cerca de 14,85%.

Em “Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis”, denota-se um acréscimo muito expressivo em cerca de 594,57%, fruto dos pedidos de pagamento por reembolsar, no âmbito de operações com cofinanciamento de natureza comunitária e em Ativos fixos intangíveis em cerca de -7,05%, decorrente das amortizações de exercício e em “outras contas a receber”, de 32,55%.

2.2 – Estrutura do Passivo

Estrutura do Passivo						
Passivo	31/12/2022	Peso (%)	31/12/2023	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Provisões	4 319 135.43 €	15.44%	4 099 633.30 €	11.85%	- 219 502.13 €	-5.08%
Financiamentos obtidos	11 048 789.39 €	39.49%	12 601 214.20 €	36.42%	1 552 424.81 €	14.05%
Fornecedores de investimento	- €	0.00%	382 945.54 €	1.11%	382 945.54 €	0.00%
Fornecedores	2 228 878.75 €	7.97%	3 102 840.93 €	8.97%	873 962.18 €	39.21%
Diferimentos	3 574 655.86 €	12.78%	8 985 949.65 €	25.97%	5 411 293.79 €	151.38%
Outras contas a pagar	2 091.49 €	0.01%	2 091.49 €	0.01%	- €	0.00%
Passivo não corrente	21 173 550.92 €	75.67%	29 174 676.11 €	84.31%	8 001 124.19 €	37.79%
Fornecedores c/c	2 580 494.97 €	9.22%	1 767 806.88 €	5.11%	- 812 688.09 €	-31.49%
Estado e outros entes públicos	65 774.38 €	0.24%	141 508.09 €	0.41%	75 733.71 €	115.14%
Financiamentos obtidos	820 792.34 €	2.93%	865 136.36 €	2.50%	44 344.02 €	5.40%
Fornecedores de investimento	1 610 935.86 €	5.76%	907 501.93 €	2.62%	- 703 433.93 €	-43.67%
Outras contas a pagar	1 728 590.29 €	6.18%	1 746 807.50 €	5.05%	18 217.21 €	1.05%
Passivo corrente	6 806 587.84 €	24.33%	5 428 760.76 €	15.69%	- 1 377 827.08 €	-20.24%
Total do Passivo	27 980 138.76 €	100%	34 603 436.87 €	100%	6 623 297.11 €	23.67%

Quadro 11 – Estrutura do Passivo

Regista-se um acréscimo global de 23,67%, face ao exercício anterior, justificável pela atual conjuntura inflacionista, com acentuado aumento dos preços e escassez dos fatores de produção, decorrente do cenário macroeconómico fortemente influenciado pelo conflito europeu Rússia-Ucrânia.

Destaca-se, contudo, uma redução significativa da dívida a fornecedores c/c e fornecedores de investimento – passivo corrente, em -31,49% e -43,67%, face ao exercício anterior.

2.3 – Estrutura das Dívidas de Terceiros c/prazo

Dívida de terceiros a curto prazo	31/12/2022	31/12/2023	Variação	
			(€)	(%)
Cientes, contribuintes e utente	33 599.96 €	90 679.68 €	57 079.72 €	169.88%
Outras contas a receber	1 920 244.90 €	2 545 207.68 €	624 962.78 €	32.55%
Total	1 953 844.86 €	2 635 887.36 €	682 042.50 €	34.91%

Quadro 12 – Dívida de Terceiros a curto prazo

2.4 – Estrutura do Património Líquido

Património Líquido	31/12/2022	Peso (%)	31/12/2023	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Património	59 703 312.73 €	172.04%	59 703 312.73 €	171.44%	- €	0.00%
Resultados transitados	- 41 941 768.63 €	-120.86%	- 43 281 417.99 €	-124.29%	- 1 339 649.36 €	3.19%
Outras variações no património líquido	18 358 692.11 €	52.90%	18 626 580.32 €	53.49%	267 888.21 €	1.46%
Resultado líquido do período	- 1 416 477.47 €	-4.08%	- 224 271.47 €	-0.64%	1 192 206.00 €	-84.17%
Total do Património Líquido	34 703 758.74 €	100.00%	34 824 203.59 €	100.00%	120 444.85 €	0.35%

Quadro 13 – Estrutura do Património Líquido

Regista-se um aumento do Património líquido em cerca de 0,35%, ainda que para as entidades públicas o lucro não seja o seu fim, damos conta de que há uma melhoria do Resultado em 2023, face a 2022.

2.5 – Estrutura dos Rendimentos

Estrutura de Rendimentos	31/12/2022	Peso (%)	31/12/2023	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Vendas	322.50 €	0.00%	19 825.84 €	0.10%	19 503.34 €	6047.55%
Prestações de serviços e concessões	1 423 426.41 €	8.33%	2 801 142.35 €	14.32%	1 377 715.94 €	96.79%
Impostos, contribuições e taxas	3 105 320.69 €	18.16%	3 590 256.49 €	18.35%	484 935.80 €	15.62%
Outros rendimentos e ganhos	2 267 032.23 €	13.26%	1 904 084.89 €	9.73%	- 362 947.34 €	-16.01%
Juros e rendimentos similares obtidos	9 552.38 €	0.06%	6 535.24 €	0.03%	- 3 017.14 €	-31.59%
Imparidade de dívidas a receber	- €	0.00%	7 395.16 €	0.04%	7 395.16 €	0.00%
Transferências e subsídios correntes obtidos	10 290 224.59 €	60.19%	11 238 576.31 €	57.43%	948 351.72 €	9.22%
Total	17 096 878.80 €	100%	19 567 816.28 €	100%	2 471 937.48 €	14.46%

Quadro 14 – Estrutura dos Rendimentos

Pela análise do quadro, regista-se um aumento de cerca de 14,46% nos rendimentos, face ao exercício anterior, grosso modo pelo crescimento da componente de “Transferências e subsídios correntes obtidos”, em 9,22%, “Impostos, contribuições e taxas”, em 15,62% e “Prestação de serviços e concessões”, com 96,79%.

2.6 – Estrutura dos Gastos

Estrutura de Gastos	31/12/2022	Peso (%)	31/12/2023	Peso (%)	Variação	
					(€)	(%)
Transferências e subsídios concedidos	2 236 590.91 €	12.08%	2 951 716.43 €	14.91%	715 125.52 €	31.97%
CMVMC	524 626.02 €	2.83%	619 908.36 €	3.13%	95 282.34 €	18.16%
Fornecimentos e serviços externos	5 930 025.32 €	32.03%	6 084 684.99 €	30.74%	154 659.67 €	2.61%
Gastos com o pessoal	5 915 625.78 €	31.96%	6 649 436.96 €	33.60%	733 811.18 €	12.40%
Gastos de depreciação e amortização	2 356 668.62 €	12.73%	2 402 521.80 €	12.14%	45 853.18 €	1.95%
Outros gastos e perda	1 370 067.51 €	7.40%	266 868.27 €	1.35%	- 1 103 199.24 €	-80.52%
Juros e gastos similares suportados	178 752.11 €	0.97%	816 950.94 €	4.13%	638 198.83 €	357.03%
Total	18 512 356.27 €	100%	19 792 087.75 €	100%	1 279 731.48 €	6.91%

Quadro 15 – Estrutura de Gastos

Pese embora se registre um resultado líquido negativo, os gastos evidenciam um acréscimo de cerca de 6,91%, face a 2022, registando-se um acréscimo em “gastos com pessoal”, decorrente não só dos aumentos salariais na função pública como ainda pelo aumento de recursos humanos no âmbito da transferência de competência da administração Central para os Municípios.

Verifica-se ainda um aumento significativo em juros em gastos similares suportados, por força do persistente aumento das taxas de juros em todos os indexantes.

A. M.
F.P.
P
V
H

2.7 – Principais Indicadores de Desempenho Económico

Indicadores		2022	2023
RENTABILIDADE			
Rentabilidade do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	-4.08%	-0.64%
Rentabilidade Ativo	Resultado Líquido/Ativo	-2.26%	-0.32%
Rentabilidade Económica	EBITDA/ATIVO	1.77%	0.84%
Margem EBITDA	EBITDA/Vendas, Serviços Prestados e impostos e taxas	24.49%	9.14%
ESTRUTURA FINANCEIRA			
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo Total	124.03%	100.63%
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo Total	55.36%	50.16%
Endividamento	Passivo/Ativo	44.64%	49.84%
LIQUIDEZ			
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	46.14%	93.16%
Liquidez Reduzida	Ativo Corrente-Inventários/Passivo Corrente	46.14%	93.16%
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	8.24%	16.11%

Quadro 16 – Indicadores de Desempenho Económico

3 – ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI). O n.º 1 do art.º 52.º estipula que “a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no art.º 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

Para os efeitos previstos na alínea b), do nº1, do artigo 15º, da Lei nº22/2015, de 17 de março, a qual promove a 5ª alteração à Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro – LCPA, e emitida declaração obrigatória na qual se identificam, em mapa anexo e de forma agregada, todos os recebimentos em atraso e, de forma analítica, todos pagamentos em atraso, à data de 31 de dezembro de 2023, e que consta do dossier de prestação de contas.

Endividamento - Mapa Síntese

31/12/2023

APURAMENTO DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO PARA 2023

Apuramento do Limite da Dívida Total para 2023

1. Total Receita cobrada nos 3 últimos anos	42 241 134 €
1.1. Receita Corrente cobrada em 2020	13 512 243 €
1.2. Receita Corrente cobrada em 2021	13 840 215 €
1.3. Receita Corrente cobrada em 2022	14 888 676 €
2. Média da Receita	14 080 378 €
3. 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos anos	21 120 567 €

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL

4. Dívida Total Operações Orçamentais do Município¹	20 423 973.72 €
---	------------------------

4.1. 20.4 - Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis (EMLP BEI - excecionados)	2 140 527.11 €
4.2. 20.6 - Credores por devolução de transferências e subsídios	0.00 €
4.3. 22.1 - Fornecedores c/c	2 932 184.49 €
4.4. 22.5 - Fornecedores - faturas em receção e conferência	0.00 €
4.5. 22.6 - Fornecedores - sociedades de factoring	1 938 463.32 €
4.6. 23 - Pessoal	0.00 €
4.7. 24.2 - Retenção de impostos sobre rendimentos	26 953.94 €
24.3.3 Iva liquidado	0.00 €
4.8. 24.5 - Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	114 554.15 €
4.9. 25.1.1.1.1.2 - EC - empréstimo curto prazo	0.00 €
4.10. 25.1.1.2 - Empréstimos bancários MLP	10 056 054.55 €
4.11. 25.1.1.2.1.2.03.3 + 25.1.1.2.1.2.03.4 + 25.1.1.2.2.1.2.03.3 + 25-1-1-2-2-1-2-03-4 - Outros EMLP excecionados (exigível cp + exigível lp)	1 269 768.90 €
4.12. 27.1.1.1 - Fornecedores de investimentos c/c	1 290 447.47 €
4.13. 27.1.6 - Fornecedores factoring	0.00 €
4.14. 27.5.1 - FAM - Fundo de Apoio Municipal	0.00 €
4.15. 27.7 - Cauções	414 380.53 €
4.16. 27.8.5 - Sindicatos	0.00 €
4.17. 27.8.9.2.9.01.9.08 - Credores Diversos - sem terceiros	0.00 €
4.18. 27.8.9.2.9.01.9.09 - Credores Diversos - com terceiros	238 547.77 €
4.19. 27.8.9.2.9.02.9 - Outras entidades	2 091.49 €
4.20. 28.1.9.01.9.9 - Outros	0.00 €

5. Dívidas das entidades relevantes para efeitos de limites da Dívida Total	131 812.87 €
--	---------------------

5.1. AMPV	158.08 €
5.2. APMCH	7.36 €
5.3. AMVDN	113 701.36 €
5.4. Fundação Museu do Douro	17 946.07 €

Dívida Total da Autarquia	20 555 787 €
----------------------------------	---------------------

6. Dívida Total a 31/12/2023 excluindo operações extraorçamentais e FAM	16 731 110 €
--	---------------------

APURAMENTO DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

7. Limite da dívida total da Autarquia calculado a 31/12/2023	21 120 567 €
8. Montante da dívida total em 31/12/2023 (excluindo operações extraorçamentais e FAM)	16 731 110 €
9. Margem Absoluta [7-8]	4 389 457 €
10. Margem utilizável [40%²]	1 755 783 €

IV – Proposta de aplicação de resultados

De acordo com as Demonstrações Financeiras do Município Peso da Régua, o Resultado Líquido apurado no período de 2023 totaliza – 224.271,47€.

Propõe-se que o mesmo tenha a seguinte aplicação:

Transferência para a conta “56.1 – Resultados Transitados de períodos anteriores”.

Handwritten notes and signatures in blue ink:
A
u.
E.O.
[Signature]
[Signature]